

PROJETO GUARANI – SÃO PAULO RELATÓRIOS

Autor: Centro de Trabalho Indigenista
Data: 1980-1983

Relatórios e Documentos:

- Primeiro Relatório – Maria Inês Ladeira, abril de 1981
- Segundo Relatório sobre o desenvolvimento do Projeto Guarani: aldeias de São Paulo capital e litoral) – out. 1981;
- Informe sobre a aldeia Guarani do Rio Silveira em Barra do Uma município de São Sebastião, estado de São Paulo – Marco Antônio Barbosa, dez. 1982;
- Localização e informações sobre as aldeias Guarani de São Paulo não assistidas pela Funai – Maria Inês Ladeira;
- Índios Guarani “Litoral” – Lilia Valle;
- Quarto Relatório - Lilia Valle, Março 1983

| | |
|-----------------|--|
| CÉDI - P. I. B. | |
| DATA | |
| COD. | |

Centro de Trabalho
292
GUARANI
P. I. B.
INDIGENISTA

PROJETO GUARANI - SÃO PAULO
Primeiro Relatório

1980-1981

INTRODUÇÃO:

Os primeiros meses de 1980 foram especialmente conturbados na aldeia da Barragem. Enfraquecidos fisicamente, desanimados com a colheita insignificante e com a alimentação precária, os guaranis se apegavam, com persistência, a todas as ofertas materiais dos brancos e suas entidades.

No espaço de oito meses anteriores (06/79 a 01/80), nasceram cinco crianças e, nesse mesmo tempo, quatro morreram.

Nesse estado pessimista, os conflitos costumeiros, entre os guaranis pertencentes ao núcleo familiar predominante e os de outra família, se acirravam.

Dando ouvidos às promessas infundadas de receberem terras férteis, com boa água, caça e muitas plantas, das mãos de ricos, as discussões e brigas internas aumentavam o pretexto para uma cisão, na expectativa ilusória de habitarem uma nova chácara. Não seria através dessas fontes que os guaranis iriam formar uma nova aldeia.

Entretanto, enquanto aguardavam a concretização de uma dessas propostas, o grupo familiar "problemático" abrigou-se na casa de uma numerosa família guarani que, há muitos anos, vive desaldeada, na estrada turística do Jaraguá, bairro distante da Barragem, mas que preserva os laços de parentesco e, cujo chefe, velho, ainda tem um papel decisivo importante.

A longa espera frustrada, de quase seis meses, nessa casa que também

não conta com recursos para manter tantos hóspedes (em torno de vinte), acabou gerando novos atritos. O velho, reclamando dos maus modos dos seus parentes mal agradecidos, falava em nome do diretor da Sociedade Geográfica Brasileira, à qual pertence o terreno em que vive, que não podia ter tantos moradores em casa.

Nessa época, já próxima a semana do Índio, em abril, no espaço guarani de São Paulo, brancos usavam Índios como pretexto e Índios usavam brancos e Índios.

Assim divididos, os guaranis me atraíam para ambos os lados, fazendo-me presenciar uma preocupação incontrolável em conseguir os recursos materiais, aparentemente assegurados com a data oficial em que se comemora o Índio. Jornais de diversas tendências, estações de rádio e da televisão visitaram os guaranis que chegaram a participar de programas ao vivo, onde voluntários do serviço social que haviam visitado a aldeia da Barragem, apregoavam os benefícios já concedidos.

Nesses meios de comunicação, os Índios eram instigados a fazer suas solicitações: roupas, comida, rádios, bicicletas... As instituições que surgiam eram de várias origens sendo que, as da situação, se contentavam em oferecer e se promover e, as da oposição, se atinham em denúncias e em colocar na boca do Índio um discurso que achavam consciente, preocupadas em preservar e enaltecer a sua figura. Nas comemorações, a presença do Índio, em pessoa, era usada como símbolo de sua própria imagem.

Entre as ofertas recebidas estava uma perua Kombi que uma televisão de São Paulo, já falida, garantira.

Os guaranis, que nunca recusam uma oportunidade, no que se refere a bens de consumo, embora o uso que fazem deles é próprio, se dedicavam a essa política, externa, sendo que maior direito, ao carro, teria o grupo que fizesse mais força. Não foi por falta de perseverança que não receberam nenhum dos bens esperados: terrenos, perua, trator, mantimentos, "estudo", etc...

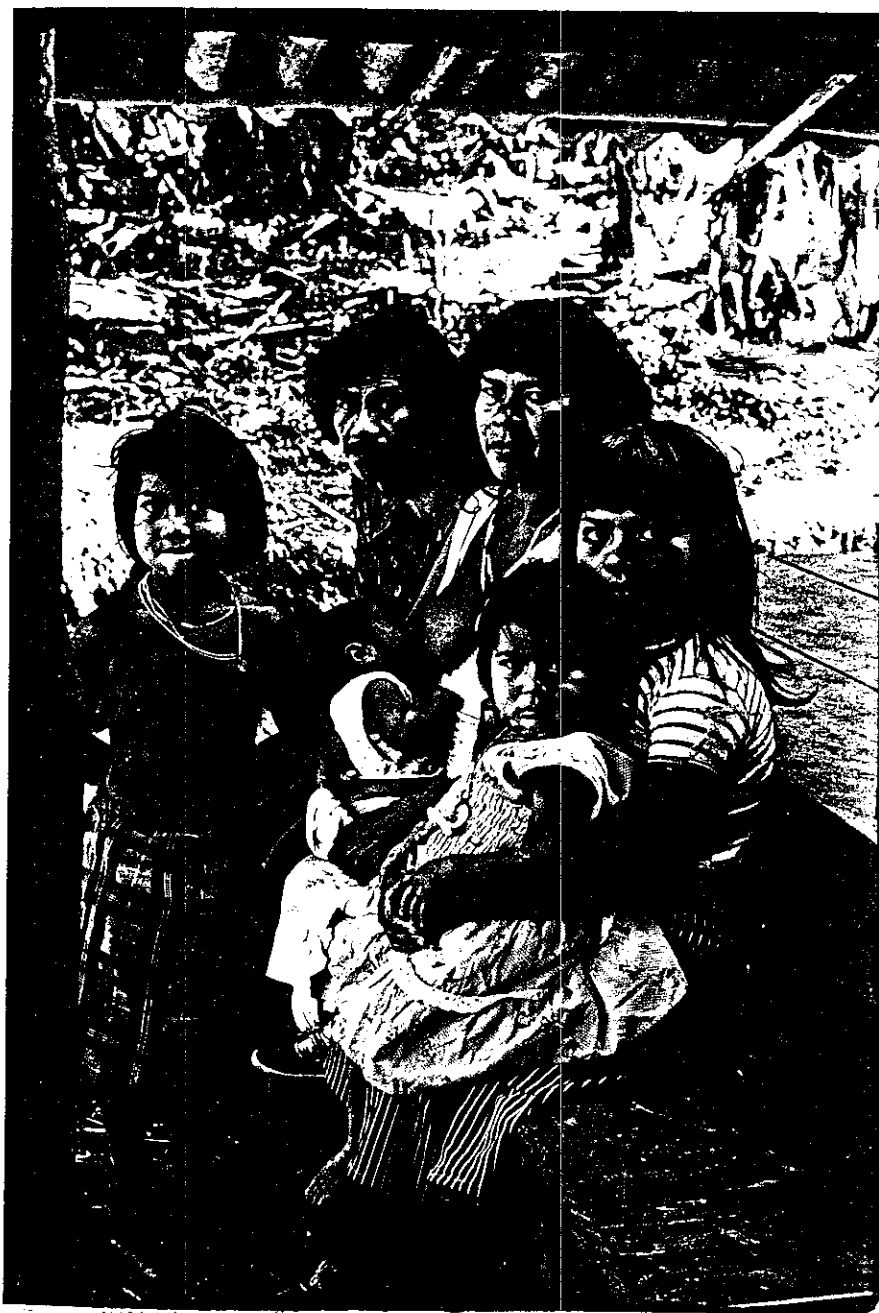
Mais por conduta sãbia, do que por ansiosidade e dependência, os guaranis não dispensam esforços em tentar tirar qualquer proveito dos brancos com que travam relações. Essa atitude tão própria e honesta, que eles mesmos nunca questionam com maldade, não é entendida pelo branco que só pensa nas vantagens dos "benefícios" que faz, ou que procura uma aproximação, imbuído em travar amizade, com propósitos pessoais de ajudar. Incompreendidos e injuriados, os guaranis mantêm-se assim, atravessando séculos, pois sabem que sua preservação depende mais de coisas que estão além desses interesses e enquanto isso, e para que seja possível, se relacionam com os brancos conforme a imagem que têm deles, numa busca de semelhança com a qual os brancos se identificam e, por isso, questionam.

Os guaranis deixam transparecer uma idéia (falsa?) de si mesmos e mantêm-se sutilmente impenetráveis.

Após tanta espera (o terreno prometido seria ocupado pelo grupo "problemático"), a situação continuava num impasse. Finalmente, a única "solução" sustentável se impôs. Aqueles que não deviam mais voltar, naquele momento, à aldeia da Barragem, devido às brigas, partiram para suas aldeias de origem, no sul do país, de formação antiga, postos indígenas da Funai. Outros, entre eles o líder religioso e cacique, retornaram à Barragem e se firmaram. Estávamos, então, ativando, os primeiros objetivos do projeto idealizado.

Havíamos comprado, no final de maio, através de uma doação do Fundo Samuel, alguns mantimentos que foram divididos entre a aldeia e a casa do Jaraguá. Em agosto de 1980, com um adiantamento do CTI, iniciamos o trabalho nas roças. Foi, nesse momento, que o cacique José voltou, impelido pela nova situação na aldeia, e passou a orientar o trabalho. Os primeiros impulsos do Projeto, graças ao adiantamento de dinheiro conseguido, serviram de estímulo aos guaranis e contribuíram para sua agregação.

Tentei expor, ligeiramente, a situação dos guaranis em São Paulo, nos locais onde tive mais acesso e explicar porque senti tão premente,



ALDEIA DA BARRAGEM - Parelheiros

quando foi solicitado o apoio da OXFAM, um plano concreto de trabalho e em que momento ele foi iniciado.

RESUMO DOS TRABALHOS REALIZADOS

I. ROÇA DE SUBSISTÊNCIA:

A idéia inicial deste item era incentivar a criação de uma roça coletiva, na aldeia do Rio Branco, onde a população flutuante é grande, formada por índios da Barragem e de Mboi Mirim. A população "fixa" do Rio Branco é composta por três famílias. A terra é boa, segundo o cacique de lá, para o cultivo do arroz, gênero que os guaranis da cidade de São Paulo, são obtêm comprando.

Além da tentativa desta roça coletiva, se apoiaria as roças da aldeia da Barragem, e, dentro do possível, as das aldeias do Silveira e de Ubatuba. Para isso deveriam ser feitas viagens prévias, com os guaranis da Barragem, a essas aldeias, onde se discutiria mais concretamente, já com possibilidades de encaminhamento, as atividades de roça.

A verba do PG só chegou em outubro de 1980, portanto essas propostas só poderão ter rumo neste ano, uma vez que a época de plantio é julho/agosto.

Apesar disso, com um empréstimo do CTI, foi possível incrementar as roças de milho e feijão da aldeia da Barragem. Os guaranis conhecem bem a terra em que habitam, como foi cultivada pelos japoneses antes de lá chegarem e como devem tratá-la. Alguns visitantes brancos tentaram interferir na conduta do trabalho. Os guaranis escutaram os palpites, como sempre, mas não os seguiram. O aluguel e serviço do trator foram exigências suas e o uso do calcário e do adubo foi

resolvido com os guaranis e com o tratorista de confiança deles, morador da região. O plantio foi iniciado com certo atraso, em setembro (devido a dificuldade de conseguir a verba) e a área total das roças foi cerca de um alqueire e meio o máximo possível na aldeia. Foram comprados, para plantio, cerca de 50 kg de milho e 30 kg de feijão. Alguns haviam comprado, por sua conta, alguns quilos de milho e os plantaram em agosto, no tempo certo. Usaram diferentes tipos de semente e, em algumas regiões, devido a qualidade da terra, a produção foi melhor, em outras pior. Até o final de março, não haviam colhido todo o milho mas calculamos, aproximadamente, um total de 20 sacos. Esse milho será usado para o plantio deste ano e o tem sido e será para o sustento das aves além, é claro, como alimento próprio.

Já a colheita do feijão não foi tão satisfatória. Alguns perderam tudo, devido ao mau tempo, e o que colheram é insuficiente para o próprio sustento. Uns tornaram a plantar em fevereiro mas a maioria não quis arriscar pois, com o frio, a possibilidade de vingar é mínima e não se entusiasmaram por causa do relativo fracasso anterior. Fazem planos otimistas para o plantio deste ano. Cultivaram como sempre, mandioca e batata doce.

Cada família tem sua roça e é responsável por ela. Mas trabalham em mutirão, revezando o auxílio entre eles.

Em fevereiro, uma família e alguns rapazes foram para a aldeia do Silveira, a pedido do cacique Samuel quando visitou a Barragem com a família. Ele precisava de ajuda para melhorar a trilha de acesso à aldeia e para a construção da casa de rezas. Previram um tempo de estadia de um mês. No dia em que partiram para o Silveira, compramos 13 kg de feijão para plantarem um pouco e para ajudar no sustento. Além disso, levaram mantimentos fornecidos pelos índios da Barragem. O feijão não foi plantado pois tiveram muito serviço.

CONCLUSÕES:

. A época de preparação da terra e plantio vai de junho a agosto. Quando pensamos num plano de trabalho nas comunidades guaranis, a época das atividades da roça é tida como o ponto central, a partir do qual as demais atividades são intercaladas, conforme as prioridades do grupo. Esse tempo não pode ser adiado e é quando requer dos Índios maior permanência na aldeia e dedicação.

Nesse sentido, por questões burocráticas, o atraso com que chegou a verba desarticulou o Projeto como um todo e as ênfases propostas.

. A diferença que existe, quando oferecemos um apoio às comunidades indígenas, é que partimos de um ponto fundamental que é a confiança na capacidade de ação e decisão dos Índios. Sem isso não haveria diferença das ofertas de ajuda com preocupações assistencialistas, onde aquele que traz o recurso se vê no direito de determinar, inclusive coisas que desconhece.

Um representante de uma entidade bíblica, afirmou ter trazido engenheiros agrônômicos e especialistas que, após exame laboratoriais, elaboraram um plano minucioso de como corrigir as deficiências do solo e onde e o que plantar nos locais. O estranho era que já passara da época de preparação da terra, o PG ainda não havia sido concretizado, pois não tínhamos dinheiro, e a entidade bíblica, através de seus representantes, nada havia ativado. Quando conseguimos o empréstimo (reposto depois pelo PG-SP), eu e os guaranis contratamos o tratorista conhecido e eles, juntos, determinaram o que fazer e a quantidade de calcário e adubo. Nesse momento, os representantes da entidade bíblica se manifestaram, afirmando terem verba e que só não a haviam usado com medo de se arriscarem, pois não podiam ter certeza do sucesso e, além disso, a Funai poderia intervir de uma hora para outra e os investimentos seriam perdidos. Ofereceram, então, uma colaboração, como maneira de participarem do trabalho, trazendo o calcário que obteriam de graça, devido aos seus conhecimentos influentes.



ALDEIA DA BARRAGEM - Parelheiros

Não cabia a mim negar a oferta uma vez que os guaranis a aceitaram e o dinheiro que tínhamos era pouco. Trouxeram, enfim, cerca de um quarto da quantidade de calcário necessária, estipulada pelos guaranis e pelo tratorista, alegando que, conforme os cálculos do agrônomo consultado, aquela quantidade, embora não sendo ideal, daria.

Afirmei-lhe, então, por minha conta, que a diferença estava em que enquanto eles buscavam segurança sem riscos e ofereciam o mínimo necessário, nós estávamos dispostos a arriscar e procurávamos oferecer o melhor possível. Essas diferenças mostram os tipos de relacionamentos possíveis entre brancos e índios e reforça a idéia de que nosso trabalho é fruto de acreditar e achar que vale a pena enquanto o deles se baseia na desconfiança, inclusive no que se refere às roças, da capacidade de índios agricultores.

Compramos o calcário necessário e os guaranis continuaram os trabalhos com satisfação mas também com queixas, pois já passava do tempo de plantar.

. A compra das sementes causou alguns problemas pois, com o atraso, foi difícil encontrá-las na região. Comprou-se parcialmente e isso interferiu, também, na divisão.

É importante dizer que os resultados da análise da terra da aldeia, que mandáramos fazer, em nada contradisse o que os guaranis já sabiam sem exame algum, com o que o tratorista também concordara.

. Não só neste item do Projeto como nos demais, percebi a importância de utilizar os recursos da região ou dos lugares que os guaranis já conheciam e com que se relacionavam.

II. AQUISIÇÃO DE MANTIMENTOS:

Com o aumento do custo de vida, comprou-se menos de um terço do previsto para os primeiros seis meses (início de outubro - final de março). O saco (60 kg) de feijão que, em abril de 1980, custava Cr\$ 2.000,00, custa atualmente, em São Paulo, por volta de Cr\$ 12.000,00, para o comprador a varejo.

Este apoio foi dado, praticamente, só para aldeia da Barragem onde se ativou o trabalho das roças e como complemento deste. Uma vez que as visitas às aldeias do litoral e o fornecimento de uma contribuição de mantimentos estava diretamente ligado à proposta de desenvolvimento das roças, resolveu-se esperar a ocasião propícia, mesmo porque o meu envolvimento pessoal com essas aldeias (Ubatuba e Silveira) se restringe aos guaranis que visitam a Barragem, e não teria sentido a distribuição de alimentos isenta de um relacionamento maior e de uma proposta de trabalho.

Mesmo se, por questões de saúde, a compra de mantimentos para essas aldeias fosse urgente, a verba de que dispusemos não bastaria.

A contribuição do PG-SP nas demais aldeias se limitou a um quilo e meio de fumo para M'Boi Mirim, por ocasião de uma visita e a ajuda que os guaranis deram à aldeia do Silveira, fato mencionado no item anterior. É claro que sendo a aldeia da Barragem um ponto político importante e de passagem às aldeias do litoral, os apoios recebidos beneficiam aos demais que lá residem temporariamente como o caso do cacique do Rio Branco e sua família, que estão na Barragem há meses e de guaranis do Paranã.

A questão de mantimentos foi deixada a critério do cacique, José, líder religioso, que fazia a lista de necessidades básicas e junto com Nivaldo, que também tem um papel importante, se incumbiam da distribuição.

Para evitar as intrigas de costume quando se reparte os bens, preferi não interferir, aceitando os critérios de José, que achei justo, e atribuindo a ele total responsabilidade pela divisão dos mantimentos.

As compras eram feitas na Barragem, com a participação de muita gente. Este ano, devido a esta contribuição (associada a um programa de vacinação e controle de TB pulmonar) o estado de saúde na Aldeia da Barragem melhorou muito e o que é mais importante, o estado de ânimo também. Quando têm comida ficam alegres, as discussões diminuem, cantam, dançam e rezam por mais tempo, o cacique tem mais força.

III. CRIAÇÃO DE ANIMAIS, PESCA E CAÇA:

Em conversa com a representante da OXFAM, Suzanne, foi negada a verba para munição, seguindo-se as normas da OXFAM, mesmo que, para os guaranis, a atividade da caça, que ainda existe, embora pouca, na Serra do Mar, seja importante. Entretanto, o corte da verba para tarrafas só chegou ao meu conhecimento há poucos dias e já havíamos comprado redes de tamanhos diferentes, pois a pesca tem um papel fundamental na alimentação dos guaranis. Além disso, a região é muito procurada por pescadores que negociam parte do seu peixe com os guaranis. Assim, eles iam se dedicando menos à pesca, alegando a falta de redes que os deixava em desigualdade com os pescadores brancos. Aquele que mais solicitara, e se mostrara mais interessado, ficou responsável em guardar as redes e emprestar aos demais.

Desistiu-se da compra de porcos. Além do preço muito alto, os guaranis afirmam não poder mantê-los. Por sugestão de alguns deles, resolvemos ativar uma criação de aves, além das galinhas. Numa reunião, cada família optou por uma espécie, conforme o conhecimento e desejo de criar. Compramos um casal de perus, marrecos, um casal de gansos, galinhas de angola e frangas e galos. Já havíamos comprado, de uma



ALDEIA DA BARRAGEM - Parelheiros

moradora da região, algumas galinhas que produziram bem. Mas a segunda leva foi adquirida num momento ruim em que uma epidemia matou quase todas as galinhas da região. Um criador branco perdeu mais de trezentas galinhas. Essa epidemia já ocorrera alguns anos, porém, como, no ano passado, não se manifestara, não nos preocupamos de antemão. Felizmente, os perus, gansos, marrecos e ^{algumas} galinhas de angola não foram atingidos.

José acha importante e deseja criar uma cabra, se responsabilizando pela sua guarda e sustento.

CONCLUSÕES:

. Através do Projeto se adquire alguns bens que são de uso coletivo e não repartíveis (como no caso das redes), então, procuramos a forma de ter responsáveis por estes bens, pessoas escolhidas e aceitas pela comunidade.

. Quase toda família da aldeia da Barragem sempre criou suas poucas galinhas. Aumentar a criação que é fonte de alimento e renda é propósito que ainda continua. Entretanto, os guaranis não são criadores desenvolvimentistas, por motivos próprios e pelo contexto em que vivem e a produção sempre esteve vinculada ao consumo imediato. Para que "dê certo" o aumento, talvez seja preciso obedecer ao ritmo de cada família dando o apoio no momento oportuno para cada caso embora, dessa forma, aparentemente, não se veja grandes resultados em termos gerais. De toda a forma, a conduta, neste setor deve ser repensada. Um galinheiro coletivo é coisa que não se cogita, os resultados são desastrosos e desrespeita a dinâmica da aldeia, interferindo nas negociações e acordos entre famílias e com os brancos da região.

A proposta de criação de aves deverá, nos próximos meses, ser

estendida às demais aldeias, examinadas as condições locais.

IV. SANITARISMO E SAÚDE:

Em janeiro de 1980, teve início um programa de vacinação, através do Centro de Saúde de Parelheiros, com a colaboração voluntária de uma médica pediatra homeopata. A partir de junho de 1980, pelo Centro de Saúde de Santo Amaro, foi realizado controle de tuberculose pulmonar e tratamento de alguns casos. Tanto no programa de vacinação com a médica voluntária, como com os médicos do C.S. Santo Amaro agi como intermediária e informante e, com a ajuda de José, coloquei, em prática os tratamentos que atualmente estão se finalizando. Os relatórios sobre esses programas, que ainda têm sequência, estão no CTI.

Compramos alguns medicamentos, em falta nos Centros de Saúde, e para doenças específicas recomendados pelos médicos.

A médica voluntária forneceu também remédios homeopáticos para as gripes, alergias, infecções, etc...

Na Barragem o clima é ou muito frio e úmido, chove muito, ou muito quente.

Entre agosto e setembro de 1980 foi feito um poço novo cujos gastos foram divididos entre uma freira, amiga dos Índios, um padre e a entidade bíblica protestante após pressão dos Índios que realmente cobraram dessas pessoas, em especial, suas palavras de ajuda. Havíamos conversado sobre a construção de um poço mas a verba do PG ainda não chegara e, com ela, se construiria um outro e se repararia os velhos.

A questão da água deverá ser retomada logo que possível, na Barragem e nas outras aldeias.

Compramos baldes e vasilhames para armazenamento da água, em casa. Eventualmente, colocam cloro e a maioria tem filtro que nem sempre é usado.

CONCLUSÕES:

A interferência de médicos que, dificilmente, têm tempo para escutar e entender, não modifica o pensamento guarani sobre doença e cura. Pedem remédio quando sentem-se mal e reclamam quando, falando com os médicos, na aldeia ou no hospital, estes tratam seus males com descaso. Mesmo assim, os remédios farmacêuticos e os médicos não substituem os seus remédios e as curas xamanísticas. Como exemplo, um homem se queixava de muita dor na cabeça e nos olhos e se submetia a um tratamento regular, de glaucoma e catarata, pelo Hospital São Paulo. Seguia, criteriosamente, o tratamento, mas estava prestes a viajar para a Aldeia do Silveira para que o curador de lá "trabalhasse" nele. Conversando com o doente, este pediu-me que falasse com José que estava no Jaraguá, com a família da mulher, apartado da Barragem, pois a viagem ao Silveira era difícil. Fui dar o recado a José que foi à aldeia, passou lá três noites, tratando do doente e, depois, retornou ao Jaraguá.

José tem, em casa, uma caixa de isopor onde guarda uns poucos remédios homeopáticos e material para curativo, mas faz muito pouco uso deles.

Em nenhum momento sente-se diminuído perante um médico branco, pois sua função é bem outra. Quando precisa, solicita remédios para seus filhos ou outras crianças doentes. Alguns brancos vão consultar o pajé e comprar seus remédios.

V. ALFABETIZAÇÃO:

A escola da aldeia da Barragem tem uma estória própria que já foi narrada em relatório enviado à OXFAM.

Foram comprados materiais escolares de consumo e examinados textos bases para um programa de geografia, sem grandes pretensões.

A importância deste espaço, neste caso, é fundamental e pretendemos dar o estímulo necessário possível, apesar do corte de verba sofrido e da minha pouca disponibilidade nos últimos meses, pois os programas de saúde e documentação me exigiram tempo e desgaste muito grandes.

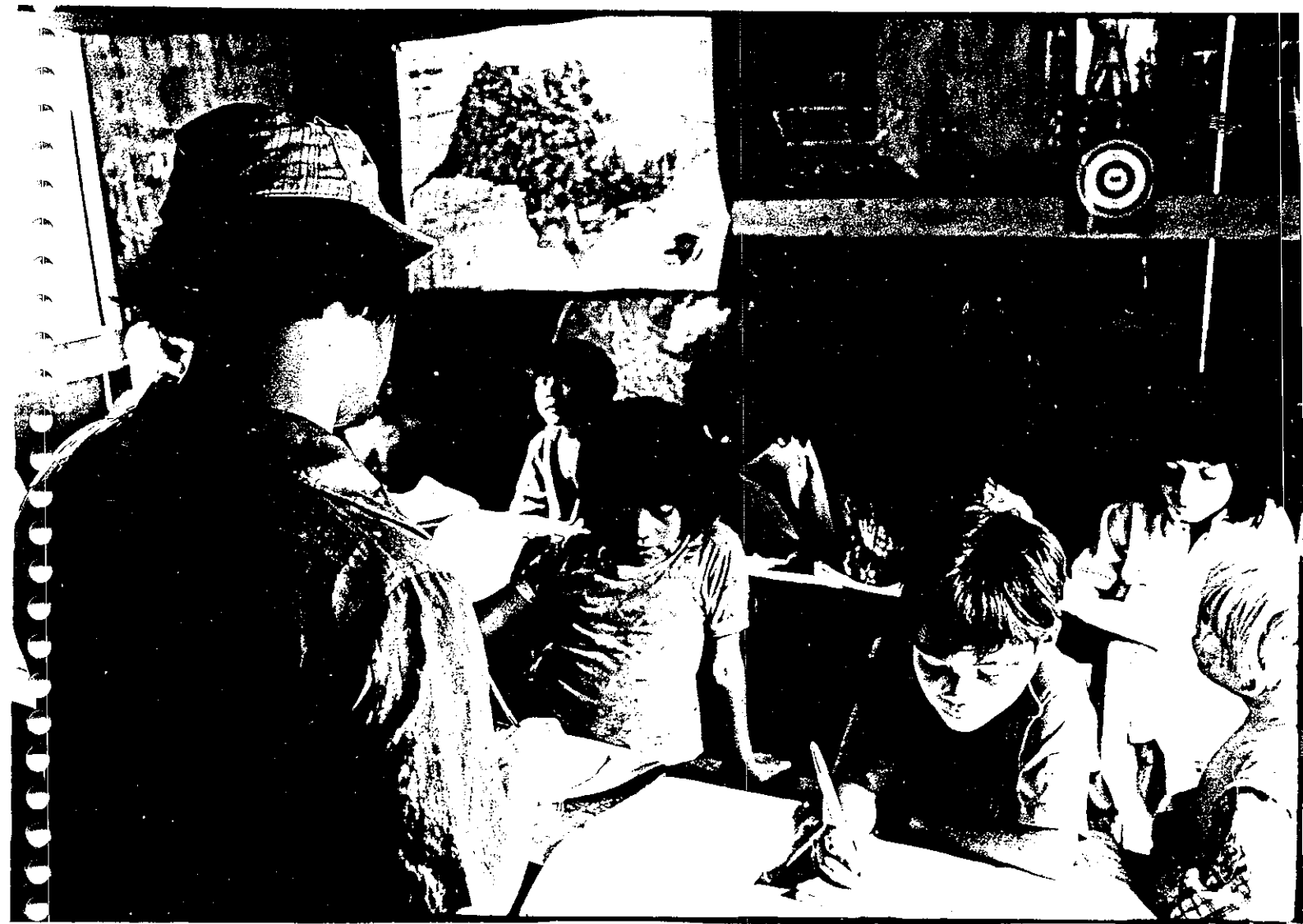
Atualmente, um rapaz se encarrega de cuidar da escola e das lições, pois lhe foi atribuída esta responsabilidade.

VI. DESPESAS DE VIAGENS:

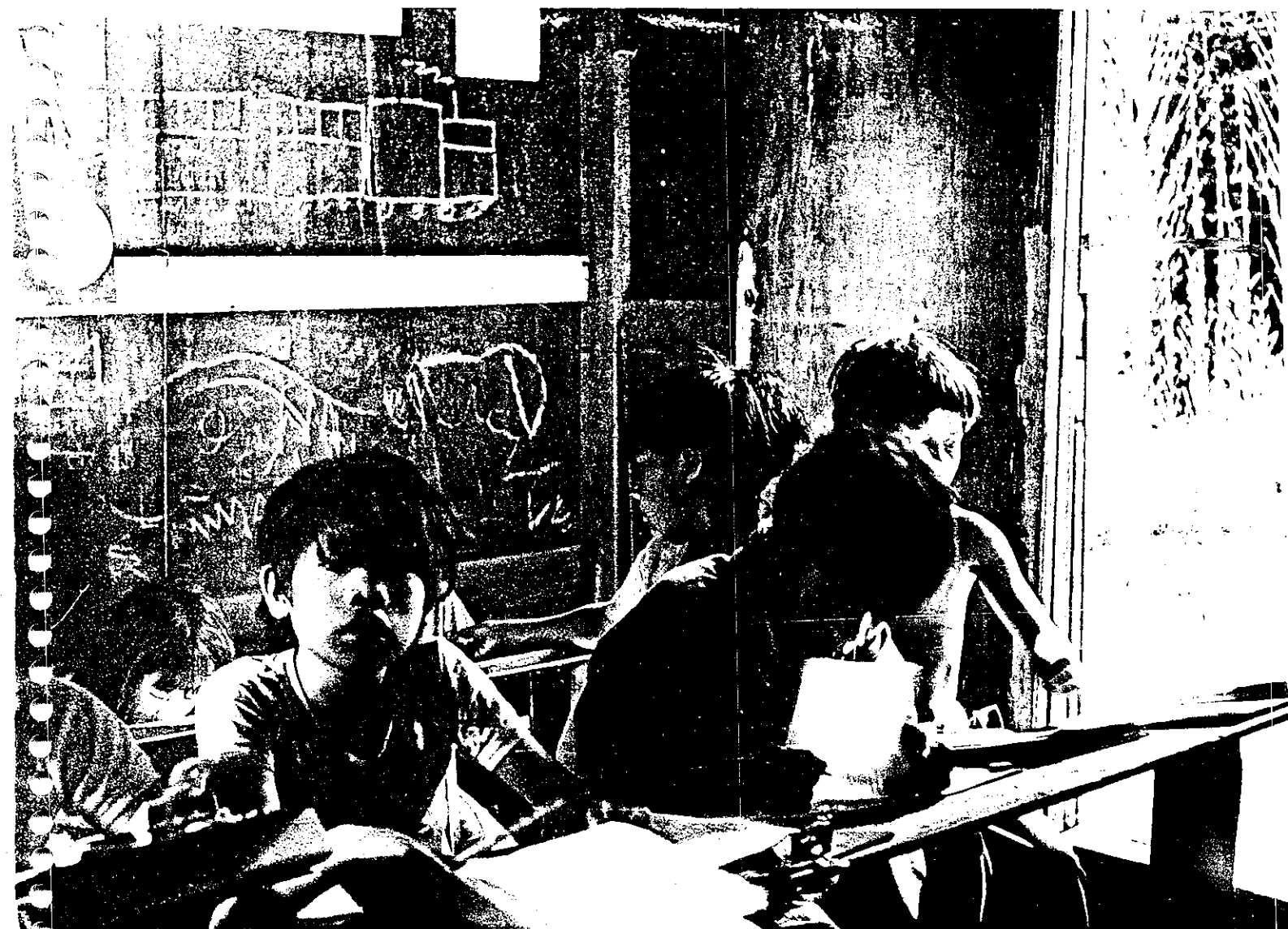
As viagens à aldeia da Barragem são semanais, e duram de dois a três dias, com algumas exceções.

Tudo o que se refere à locomoção, dos índios e minha, fazem parte deste item. A questão do transporte está presente em todos os momentos, sem o qual, o trabalho torna-se impraticável. Deve-se levar em conta que a aldeia fica em local de acesso relativamente difícil, demorado e caro, onde no percurso é preciso tomar várias conduções e alimentar-se, ainda que mal, e a ida e vinda da cidade é constante e necessária pois as questões da aldeia estão inseridas nesse espaço controvertido.

Os gastos não são uniformes em todas as minhas viagens pois, às vezes,



ALDEIA DA BARRAGEM - Parelheiros



ALDEIA DA BARRAGEM - Parelheiros

na estrada, consigo alguma carona e reduzo os gastos. Há ocasiões em que é preciso tomar um taxi e outras vezes se colabora com a gasolina, quando se vai de carro. Viajando de carro os custos são mais altos, principalmente se está chovendo, mas reduz-se o tempo de viagem de quatro horas, nos ônibus e lotação, para uma hora e quinze minutos, mais ou menos.

Em novembro de 1980, viajei à Ijuí (RS), com verba do Fundo Samuel, onde haveria uma reunião entre ANAI-CIMI e CTI para discussão sobre um curso-encontro de monitores indígenas, a ser realizado. Tal reunião não se realizou mas aproveitei para conhecer algumas aldeias na companhia de Ligia Simonian, também membro do CTI. Em Guarita conheci o filho do cacique de M'Boi Mirim, casado com uma Kaingang o que o afastou mais do pai. Pediu-me que mandasse fotos da família.

Nas poucas visitas à M'Boi Mirim não se ativou concretamente nenhum plano do Projeto, embora se conversasse com o cacique, sobre as alternativas possíveis no terreno limitado de M'Boi Mirim.

Em setembro, o cacique de Palmeirinha e sua família ficaram duas semanas na Barragem, após a reunião em Itariri e convidaram os guaranis e a mim para a próxima reunião, organizada pelo CIMI, que se realizaria nos dias 25, 26 e 27 de dezembro.

Fomos, no dia 24, com verba do PG, num grupo de guaranis da Barragem, do Rio Branco, de M'Boi Mirim e uma mulher e filho de Palmeirinha.

Nessa ocasião, conheci o cacique da aldeia Boa Esperança (ES). Conversamos e fiquei de visitar a sua aldeia.

Na reunião estavam presentes representantes de várias aldeias do Sul e do litoral de São Paulo.

Em fevereiro, fomos eu e José para a aldeia Boa Esperança (ES) e essa viagem foi muito positiva para José, para a aldeia, para mim e para Lilia pelas discussões acerca do Projeto.

Dia 25 de abril, terá início a reunião dos guaranis, na aldeia Boa Esperança e estamos marcando a viagem. Apesar de ter sido convidada pessoalmente pelo cacique de Iã, disseram-me, na Barragem, que a freira, intermediária do CIMI, recomendara que eu não fosse pois era sô para os guaranis.

CONCLUSÕES:

. Qualquer viagem deve ser feita em companhia dos Índios da Barragem, uma vez que é de Iã que parte meu trabalho e eles, de certa forma, me têm como uma pessoa sua. Existem certos atritos entre as aldeias que devem ser contornados, se possível, para que se possa propor um plano de trabalho. Nos próximos meses se visitará as aldeias do Silveira e de Ubatuba.

. O cacique do Rio Branco e sua família estão na Barragem. Conversamos sobre a roça e convidaram-me para ir com eles à aldeia depois da reunião no Espírito Santo.

. Estamos discutindo a possibilidade de comprar uma charrete como meio de transporte para a aldeia da Barragem. Assim, muitas vezes poderia ser substituído o uso da lotação, caro e incerto, principalmente nas horas de necessidade.

. A verba para despesas de viagem é muito importante e é preciso que a segunda parcela venha com a correção devida, para que se possa continuar o trabalho.

VII. DESPESAS EVENTUAIS:

É preciso ter certa maleabilidade de ação para não se perder oportunidades importantes.

Nos encontros dos guaranis, um gravador e fitas são valiosos para eles. Como, através da representante da OXFAM, em conversa com Lília, em julho de 1980, no Rio de Janeiro, foi negada a verba para gravador e fitas, a aquisição de um gravador, em São Paulo, foi feita através de um empréstimo pessoal, quando também se comprou fitas e filmes fotográficos. Esse empréstimo deverá ser repostado, oportunamente. Pelo Projeto compramos também algumas fitas, usadas pelos guaranis e que estão em seu poder. As fotografias tiradas foram todas ampliadas e distribuídas nas aldeias. Os negativos se encontram comigo. Alguns filmes foram comprados pelo PG, outro por mim, outros com a verba emprestada.

Não vou reforçar quão importante foi esse material para os Índios e para mim.

O resto das despesas se resumem em algumas xerocópias.

Nos próximos meses, deverão ser examinados alguns documentos relativos à situação de terras das aldeias do Rio Branco e Ubatuba, que nos foram passados nas últimas semanas.

OBSERVAÇÃO GERAL:

Embora pretendesse ser mais objetiva, achei importante, neste primeiro relato, tentar transmitir alguns aspectos que são fundamentais num trabalho entre os guaranis, embora para os brancos em geral, não pareçam.

Muitas questões ainda surgirão, no nosso trabalho, aparentes contradições que são, no entanto, de uma lógica e coerência interna perfeitos.

Qualquer tática que se pretenda, favorável aos guaranis, em relação à nossa sociedade, deve se ater a critérios minuciosos e maleáveis.

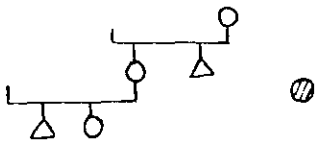
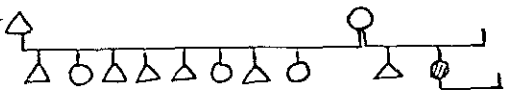
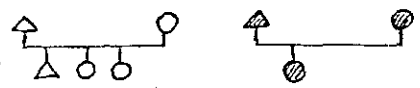
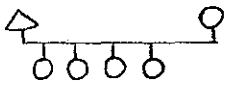
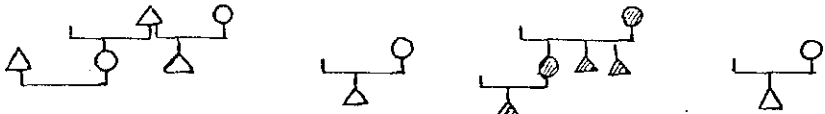
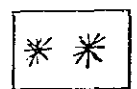
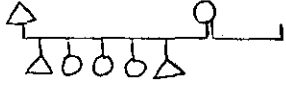
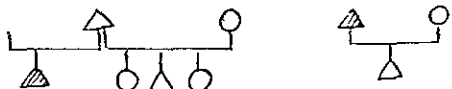
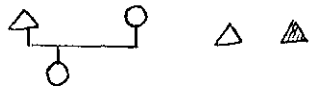
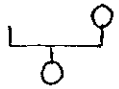
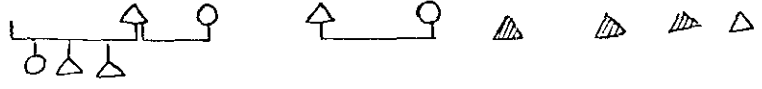
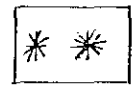
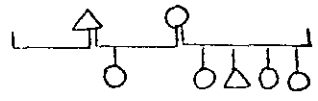
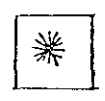
Em anexo, seguem os cálculos de correção monetária do PG, feitos através do CTI.



São Paulo, abril de 1981



Maria Inês M. Ladeira
Centro de Trabalho Indigenista

POPULAÇÃO DA ALDEIA VILA GURRANI (BARRAGEM) EM MARÇO DE 1981

OBS: QUADRO INSTÁVEL.



 CASAS
 CASAS FORA DA ALDEIA
 * FAMÍLIA ELEMENTAR

 PESSOAS NÃO FIXAS — 16
 PESSOAS FIXAS — 71
 TOTAL — 87

Centro de Ind.
273
GUARANI
P.-R.
INDIGENISTA
19

SEGUNDO RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO GUARANI: ALDEIAS
DE SÃO PAULO (Capital e Litoral)

INTRODUÇÃO

Neste segundo relatório pretendo fazer um simples resumo dos contatos mantidos no período de abril a setembro de 1981 em algumas aldeias guaranis, sobretudo naquelas em que foi apoiado o trabalho nas roças. A localização e alguns aspectos geográficos desses núcleos estão descritos no Projeto.

Na aldeia da Barragem que, no início de setembro, mudou o nome de "Vila Guarani" para "Morro da Saudade" (escolha essa devido à geografia do terreno em que vivem e para não se confundir a aldeia com um bairro de Santo Amaro também chamado Vila Guarani), plantaram feijão (≈ 40 kg), milho (≈ 60 kg), mandioca, batata e alguns legumes e frutas, numa área total um pouco maior que a do ano anterior (menos de 2 alqueires). Levando em conta o terreno em que vivem este é o maior espaço disponível para as roças, insuficientes entretanto para alimentar todo o grupo.

Na aldeia do Rio Branco, em Itanhaém, os guaranis levaram semente de arroz (≈ 50 kg), de feijão, de milho e de alguns legumes e frutas. Embora tenham mais área para plantio, a população é menos numerosa, há menos gente para trabalhar do que na Barragem.

Na aldeia do Silveira, em Barra do Una, também se experimentou plantar arroz (≈ 50 kg), milho (≈ 40 kg), feijão e sementes diversas. Vivem poucas pessoas nessa aldeia.

A aldeia "Boa Vista", em Ubatuba além de plantar mais banana (os Índios dizem querer vender na estrada o que não for consumido) e mandioca, iria tentar novamente o milho (≈ 20 kg) - alegaram que das outras vezes foi muito ruim a produção -, feijão (≈ 15 kg) e sementes diversas, em pequenas roças.

O núcleo de Itatinga, na região de Bracui, próximo à Angra dos Reis

(R1), foi contatado, na viagem realizada em maio, com outra finalidade mas, nessa ocasião, prometemos enviar 20 litros de semente de arroz, o que foi feito, em setembro por Lilia, coordenadora do PG/ES.

Na aldeia de M'Boi Mirim, nada foi ativado em relação a uma possível roça, nesse período, pois vários fatores se interpuseram e a atuação do Projeto se deu com algumas medidas de saúde tomadas em conjunto com a aldeia da Barragem.

Entre novembro e dezembro deverão ser realizadas novas viagens ao litoral para se avaliar e discutir o trabalho, pois muitas coisas foram feitas em caráter experimental, tanto medidas sociais como práticas (o uso de certas sementes).

No final do relatório, os quadros de população visam somente dar uma estimativa do número de famílias e de casas nas aldeias envolvidas pelo PG/SP, onde cada vez percebo mais nitidamente as ligações familiares.

I. VIAGENS ÀS ALDEIAS EM FUNÇÃO DO APOIO ÀS ATIVIDADES NAS ROÇAS DE SUBSISTÊNCIA

A partir deste ano foi possível, então, incentivar os trabalhos de roça nas aldeias do litoral, proposta central do Projeto Guarani em São Paulo.

Em maio, partimos num grupo inicial de 14 pessoas, eu e as famílias dos dois caciques da aldeia da Barragem para uma viagem programada a três aldeias no litoral.

A primeira, em Bracuí, próxima à Angra dos Reis no Rio de Janeiro não é propriamente uma aldeia mas um local onde vive uma família extensa, há 18 anos. A ideia de contatar esse grupo estava prevista no PG e a ocasião surgiu ao verificar o laço de parentesco da mulher de um dos caciques, Marica, com a do chefe da família de Bracuí, Terezinha. Através de um rapaz da aldeia da Barragem que lá estivera, Marica soube que sua prima-irmã estava doente e triste.

Turisticamente a região é conhecida como Porto Bracuí e um dos principais responsáveis por sua expansão imobiliária é a Sergio Dourado.

Da estrada Rio-Santos até a casa de Terezinha, andamos cerca de duas horas e meia pela trilha antiga, íngreme.

Essa nova visita conforme contou Terezinha fora prevista em seu último sonho.

Durante três noites José Fernandes, da Barragem, trabalhou na cura da doente.

A terra é fértil para o plantio em geral, mas, há uns dois anos,



ALDEIA DE UBATUBA - litoral de São Paulo

não estava sendo cultivada devido à doença de Teresa, braço direito do marido, e que segundo o dizer de um de seus genros (caçara) "trabalhava mais que homem". A semente de arroz que foi pedida mostrou um desejo de reiniciar o trabalho. As queixas sobre as roças de arroz dos anos anteriores eram com relação aos passarinhos que estragavam as plantas e ao número pequeno de gente para trabalhar.

É a região da Serra do Mar em que ainda existe muita quantidade de palmito silvestre. Há muita banana e cana.

A segunda visita foi na aldeia Boa Vista, em Ubatuba, e juntou-se a nós o casal Teresa e Argemiro e um de seus filhos com a mulher e o nenê.

O acesso à aldeia de Ubatuba é fácil. Andamos, num caminho em aclive que vai da rodovia Rio-Santos até às casas (todas as casas são de pau a pique), cerca de uma hora e pouco, à noite, num grupo então de dezenove pessoas. Nessa aldeia prosseguiria o tratamento de Teresinha.

Segundo o atual chefe de Boa Vista, Altino, o que mais precisavam para o trabalho nas roças era "alimentação". Haviam recebido bastante ferramentas de uma entidade e sua vontade era desmatar mais uma pequena área, depois de garantir-se de que poderia fazê-lo, e ampliar um pouco mais as roças habituais.

Sabia porém que, para induzir sua turma a plantar não seria falando, mas sim proporcionando concretamente meios, no caso, alimentos. Viabilizaria assim um trabalho árduo, o desmate, para o grupo acostumado então à rotina do comércio de artesanato e palmito nas feiras-livres e aos serviços ocasionais com os regionais, "impedidos" que eram de aumentar suas "rocinhas", pelo "dono" da terra que já sofrera um processo por mandar desmatar um trecho da área.

Altino mostrava-se na ocasião muito empenhado em melhorar as condições da aldeia e na obtenção de um prestígio que assegurasse sua condição de chefe.

Ao sairmos de Ubatuba, a família de Bracui retornou à sua casa, e Altino prosseguiu conosco a viagem à aldeia do Silveira e a São Paulo onde teríamos uma entrevista com o advogado que acompanha a questão da terra na aldeia de Ubatuba.

A aldeia do Silveira fica em Barra do Una entre Bertioga e São Sebastião. O acesso é fácil e plano, uns 15 km que podem ser percorridos em duas horas à pé, da estrada até as casas.

Antes populosa, poucas famílias abriga a região. O atual chefe e cacique veio da aldeia do Bananal (P.I. Peruíbe) há sete anos, conforme diz, e tomou o lugar do cacique Gumercindo quando este morreu há uns três anos.

Samuel pretende aumentar o número de famílias e assim ampliar as roças. Nesse intuito acabou atraindo para a aldeia as famílias de duas filhas de sua mulher, casadas com caiçaras e que moravam antes em Boracéia e na Barra do Saí.

Os guaranis da Barragem, M'Boi Mirim, Rio Branco e Ubatuba têm grande consideração por Samuel como curador e cantor.

Samuel, a quem chamam às vezes, com carinho, de chiripazinho, é reconhecido por eles como "tupi-guarani", portanto, originário de outro sub-grupo.

Nas aldeias do litoral as afirmações, em geral, são de que a terra produz bem mandioca, banana, cana, às vezes arroz. Feijão, depende do tempo, e milho é difícil dar bem. Ao contrário, na aldeia da Barragem, em São Paulo, o feijão e o milho são as melhores plantas.

Na aldeia do Silveira, se encontraram então os caciques da Barragem, o chefe de Ubatuba e o cacique Samuel.

Já em São Paulo, onde Altino permaneceu mais de uma semana, entre minha casa, na aldeia da Barragem e junto aos seus parentes do Jaraguá, encontramos com o advogado a quem esperei para consultar somente ante a presença de Altino.

Durante alguns meses (de abril ao início de julho), o cacique da aldeia do Rio Branco e sua família permaneceram na aldeia da Barragem, onde então conversamos sobre os trabalhos.

É claro que seu retorno ao Rio Branco com recursos para levantar uma roça significaria um reforço à sua condição de chefe antigo, causa quase que única de seu prestígio, atualmente.

Em junho, conforme o combinado, Samuel, a esposa e um rapaz (ex-morador de M'Boi Mirim, vivendo agora com a família do Silveira), vieram à São Paulo e definimos o montante de verba destinada ao Silveira e especificamos o que comprar: ferramentas, um carrinho de mão, sementes e mantimentos.

Fomos juntos à aldeia da Barragem onde nessa época, havia grande número de visitantes (ver quadro da população da aldeia da Barragem, junho de 1981). Alguns como os de M'Boi Mirim e Jaraguá haviam chegado especialmente para a festa de São João: brincadeiras, baile e bebida. Encontravam-se também a família do cacique do Rio Branco e visitantes do Rio das Cobras (PR), Palmeirinha (PR), Osório (RS).

Dois dias depois da festa fizemos as compras e viajamos, eu e os guaranis do Silveira, à Barra do Una. Para essa viagem e transporte de mercadorias contratamos um motorista morador da Barragem conhecido dos índios e dono de uma perua.

As viagens às aldeias do Rio Branco e de Ubatuba para se definir e adquirir os produtos foi marcada para meados de julho, após a reunião promovida pelo CIMI no P.I. Jaçareí, em Mato Grosso.

A visita à aldeia do Rio Branco foi breve.

Partimos da aldeia da Barragem, eu, a mulher do capitão Zezinho e sua mãe e filha, numa camionete que transportava as mercadorias: poucas ferramentas, sementes e mantimentos. O capitão Zezinho foi a pé, pelo mato, para chegar antes e avisar sua turma.

Ao chegarmos, à noitinha, guardamos as mercadorias numa casinhola no fim da estrada onde é acessível o trânsito de veículos. Permaneci, no Rio Branco, dois dias em que o transporte dos produtos absorveu todos os homens, com exceção do velho Zê Grande. Enquanto isso, as mulheres preparavam comida e café, na casa do cacique que dista 10 km de onde se encontravam as compras (as demais casas estão a uns três quilômetros e meio, além). Cada vez que uma turma retornava, trazendo os produtos nas costas, comiam, viviam e voltavam ao trabalho.

Com exceção da aldeia de Ubatuba, onde uma estrada construída por um pedreira permite o acesso de carro até bem próximo (menos de vinte minutos à pé até as casas), os percursos às aldeias do Rio Branco e do Rio Silveira são bem longos e só podem ser feitos à pé.

Eu já conhecia muitos dos guaranis do Rio Branco e aproveitei para conhecer, um pouco, os demais. Conversei também com o vaqueiro da fazenda Áurea, que mantinha contato com os índios, e com o filho do proprietário da fazenda Mambu que chegou, até a primeira casa, acompanhado de um antropólogo estrangeiro, seu hóspede, de carona numa máquina que recolhe banana da fazenda Áurea, a mais próxima da aldeia.

O antropólogo queria fotografar e pesquisar e, em troca, levava cachaça e um pouco de fumo. Os dois disseram que os índios sempre bebem muito e que, naquele dia, ao perguntarem quem era o cacique apontaram o Zezinho que de tão bêbedo nem respondeu aos seus chamados. Bebiam cachaça como quem toma água, esvaziando a garrafa em segundos.



ALDEIA DO SILVEIRA - Barra do Una

Eu lhes contei então que o cacique sô não respondeu porque é surdo. A garrafa de aguardente "51", na verdade, naquele momento continha água que enchiam no rio e tomavam no caminho, para repor o suor causado pelo esforço do peso carregado. Nesse dia, portanto, houve um equívoco. Outra hora qualquer, mesmo para facilitar o trabalho, eles poderiam beber.

Outra grande fazenda vizinha da aldeia é a São Pedro.

Ao voltar para São Paulo, fizemos a compra grande para a aldeia da Barragem para que iniciassem os trabalhos.

Algumas foices e duas plantadeiras haviam sido compradas em Ponta Grossa (PR) por um deles, pois os guaranis da Barragem, paranaenses, acham de má qualidade as ferramentas da Cooperativa Agrícola de Cotia, em São Paulo (algumas dessas foices haviam sido mandadas para o Rio Branco).

Na outra viagem à Ubatuba, ainda em julho, fui acompanhada somente de José Fernandes. As encomendas foram feitas no armazém da cidade onde os guaranis são fregueses. Altino iria depois, com o vendeiro, buscar as mercadorias em Taubaté. Nessa visita pude observar bem o trabalho dos guaranis na feira-livre, vendendo artesanato e palmito, numa ocasião em que a cidade estava repleta de turistas devido às férias escolares.

No início de agosto, fiz nova viagem à aldeia do Silveira. Em São Sebastião adquirimos a parte da mercadoria que não deu para ser transportada de São Paulo. Como da outra vez, os produtos ficaram guardados em Barra do Una, na venda de um antigo conhecido dos Índios, que se comprometeu a arranjar boa semente de milho, pois a que os guaranis trouxeram da aldeia da Barragem não prestou. Carunchou por não ter sido bem guardada.

Essa visita foi muito importante para mim e ficou acertado que Samuel me procuraria em São Paulo, em meados de outubro, depois que

terminassem os trabalhos nas roças, para conversarmos com o coronel "dono" da terra que o esperava em sua casa.

O encaminhamento dos trabalhos nas aldeias de São Paulo seguiu o calendário agrícola anual. Mais uma vez o PG/SP precisou de um empréstimo para podermos realizar as viagens em maio, pois apesar de conhecer muitos guaranis do litoral devido meu convívio com a aldeia da Barragem, não tivera oportunidade de visitar esses núcleos.

Assim, nos meses de maio e junho, nas aldeias do litoral e em São Paulo, conversamos sobre o propósito do apoio oferecido, da busca de melhoria de condições de vida e da coesão interna do grupo. Planejamos em função das suas determinantes, da situação geográfica das aldeias e do seu relacionamento e dependência com a região ou cidade. Enfim, discutimos as possibilidades concretas e os desejos reais.

Durante o mês de julho e meados de agosto, efetuamos as compras, concretizando-se o que havia sido idealizado e objetivado.

Nesse momento, setembro, algumas roças já foram ativadas, outras não. Quando a terra começar a produzir, no final do ano, poderemos pensar no trabalho como um todo.

COMENTÁRIOS

Em todos os momentos do trabalho contei com o intermédio de José Fernandes, cacique da Barragem. Sabendo de seu prestígio e precisando de sua orientação - é ele quem dá conselhos a todos -

procurei comprometê-lo nas questões ligadas ao Projeto. Acompanhou-me em quase todas as viagens, conversando com os guaranis, dando-lhes força quando achasse justo e aconselhando-os. Entretanto, por mais que sua participação nas questões práticas do PG fosse intensificada a responsabilidade financeira acabava recaindo sobre mim. Isso porque sou a única branca a participar das decisões vinculadas ao PG, e vivo na dependência de um sistema econômico diferente do deles, o que me dá a possibilidade de coordenar um projeto com focos de interesse variados dentro de uma mesma perspectiva. Desse modo, se um índio, chefe ou mediador, empregasse mal um dinheiro destinado à compra de sementes ou tirasse proveito pessoal de um troco ou excedente, a maior parte da culpa me era atribuída.

Cada aldeia me pareceu bem definida em sua composição social, isto é, em cada uma prevalece um grupo familiar e uma liderança nítida. Por isso, apesar de grande mobilidade de vários elementos (e do intercâmbio de materiais e troca de informações), quando pessoas que fazem parte do grupo dominante de uma aldeia visitam outra aldeia, colocam-se, com respeito, sob o amparo e as "normas" dos "dominantes" locais. Portanto, propor uma roça coletiva em uma determinada aldeia com condições satisfatórias para o plantio, esperando contar com a participação ativa de indivíduos com funções já definidas no quadro social de outro núcleo é muito difícil. Sendo estáveis num local, raramente vão deixar sua casa, criação e suas rocinhas. Por exemplo, quando um homem casado se ausenta por um período mais longo, leva toda a família escolhendo alguma parente para ser seu caseiro.

Assim as atividades numa roça "idealizada" em outra aldeia recairiam sobre os "avulsos": solteiros ou casais sem filhos, viajantes ocasionalmente sem compromissos definidos com uma aldeia, são os que mais circulam, trabalhando temporariamente nos locais em que param. Não alteram, entretanto, a estrutura econômica de tipo familiar. Participam dela na medida em que ajudam a família que os recebe e ampara.

Estando reunidos na aldeia do Silveira, Samuel afirmou querer

aumentar o número de moradores e a produção, oferecendo lugar para que famílias se mudassem para lá e pedindo gente para ajudar nas roças de arroz. Tanto José (Barragem) como Altino (Ubatuba) se dispuseram a enviar rapazes para ajudar, mas famílias não. Dá prestígio para um "chefe" atrair e preservar os seus, e a condição principal para isso é ser bondoso, justo e dar conselhos.

Nem em Ubatuba, nem na Barragem, a terra é boa para o cultivo de arroz. A possibilidade da troca de gêneros foi discutida, mas o costume é enviar trabalhadores, como demonstração de apreço, que recebem, então, benefícios (morada, alimentos e proteção), enquanto dura o serviço. Os gêneros produzidos cabem exclusivamente ao consumo da aldeia onde se fez o trabalho.

A aldeia do Rio Branco, que sempre recebe os guaranis de M'Boi Mirim e da Barragem (que vão coletar matéria-prima para o artesanato ou que vão atrás de pequenas caças) tem também um corpo definido de habitantes. Portanto, o "sucesso" (segundo os nossos padrões de produção) de uma roça coletiva que beneficie as três aldeias dependeria de uma circunstância política propícia que as aglutinasse no momento preciso e, inevitavelmente, de uma interferência externa, forte e alteradora (que não é o propósito do PG exercer) no modo de produção e consumo a que estão habituados. Mesmo porque, é inviável o transporte de mercadorias (em quantidade suficiente, para consumo que justifique o empreendimento) entre aldeias, ao mesmo tempo próximas e distantes entre si, que jamais tiveram sua origem (mesmo as mais novas) em função de rodovias.

Uma roça coletiva no Rio Branco da qual participassem elementos "avulsos" da Barragem e M'Boi Mirim poderia servir de estímulo, isso sim, no sentido de aumentar a produção e, portanto, o consumo de cada local, incentivando as demais aldeias, trocando experiências e atraindo os que não estivessem integrados num núcleo definido mas nunca para se obter excedentes.

Em postos da Funai se produz e se comercializa excedentes mas essa



ALDEIA DO SILVEIRA - Barra do Una

negociação é controlada pelos agentes da Funai, não diz respeito aos guaranis. Vários Índios de São Paulo contam que nas suas aldeias de origem, postos indígenas, trabalhavam muito nas roças e depois malviam os mantimentos, tendo até que comprar mais, pois o que recebiam não dava para o sustento.

Os guaranis comercializam o artesanato que não usam e o palmito que não comem e sua mão-de-obra em serviços que, em geral, não fariam para si mesmos (em construções e fazendas), para obter dinheiro. Suas criações e roças são pequenas porque sustentam-se com elas e viver, para eles, não é objeto de "negócio". Por isso não as vendem (podem fazer pequenos negócios com objetivos imediatos - vendem uma galinha, trocam sementes por uma roupa, um rádio, um outro bicho). Da mesma forma não são "bons" negociantes nas questões relativas às suas próprias terras. Porque mantêm uma relação simbólica com a Vida (a terra, o alimento, o trabalho, etc., dependem de forças transcendentais) os "negócios" que fazem são pequenos, marginais.

Essa característica dos guaranis vigora com toda a força. Amoldam-se aos elementos novos que surgem em nossa sociedade capitalista em "evolução", substituindo os "bens" antes incorporados pelos mais modernos, numa relação sempre igual: o valor que atribuem a estes "bens" não é da mesma natureza que aquele que atribuímos.

O PG, com o apoio às roças, visa reforçar economicamente os núcleos do litoral, estimulando (e não causando) a permanência dos guaranis nessas terras, que podem abrigar e receber novas famílias.

Famílias da Barragem e de M'Boi Mirim - se necessário, por razões exclusivamente de ordem interna e quando decidirem - poderão ir para o sul do país ou para o litoral, habitar nas aldeias que melhor lhes convierem, de acordo com os laços de família, casamentos, entendimentos e relações com a liderança local e tipo de sobrevivência a que melhor se adaptarem devido a sua história de vida anterior. Por razões desse tipo os guaranis de M'Boi Mirim não abandonam, tão facilmente como se supõe, seu pequeno terreno.

O PG procura, modestamente, dar o estímulo para que vão e fiquem onde "deve ser", considerando as razões de sua escolha. Por isso é dado apoio equivalente tanto ao Rio Branco quanto à Ubatuba e ao Silveira, sem procurar induzi-los a uma opção que acreditemos melhor para eles.

No ano passado, uma senhora ofereceu um caminhão para fazer a mudança das famílias da Barragem para uma área de uma fazenda sua no Paranã, propondo um contrato de vinte anos em que os índios poderiam permanecer no local e voltar a um tipo de vida mais "natural". Além de ser esta uma proposta irreal, como seria daqui a 20 anos, essa nova aldeia? As aldeias da Barragem, de Ubatuba e de M'Boi Mirim têm menos de vinte anos. Jamais se pode prever as transformações que ocorrem em relação à composição de cada núcleo. Enquanto a Barragem acelerou seu crescimento populacional, outras aldeias mais antigas (Rio Branco, Silveira), por onde passou e viveu tanta gente, tiveram seu quadro reduzido. De toda a forma, as transformações ocorrem num espaço de tempo incomensurável, e são imprevisíveis (o que não quer dizer sem critérios).

A Funai desconsidera os núcleos de São Paulo, pois, para ela, já que existe posto em Peruibe, é para lá que os índios devem ser conduzidos.

Missionários querem induzir os guaranis da cidade a se mudarem para a aldeia de Itariri, para que fiquem baixo a proteção espiritual de um velho líder tupi-guarani que corrigira os "maus vícios" de seus parentes da capital: bailes, pinga, rádios, etc. (que, em realidade, não são tão acentuados quanto lá. Esta discussão, entretanto, não é pertinente aos Guarani para quem o estado de sanidade de uma aldeia depende de seu maior ou menor grau de coesão social). Além disso, alegam ser a situação legal da terra de Itariri mais garantida, o que também para os Guarani não é fator determinante para a escolha do local.

Uma freira, amiga dos índios, insistiu inúmeras vezes, este ano, em

patrocinar a mudança dos Índios de M'Boi Mirim para a aldeia do Silveira, promovendo várias visitas ao litoral desses Índios, que na verdade a aproveitavam para diversos fins.

Pessoas igualmente preocupadas queriam, no ano passado, provocar a mudança dos guaranis de M'Boi Mirim para a aldeia do Rio Branco acreditando que lá estariam a salvo.

Na verdade, para quem pretende uma ligação com os guaranis, em termos de alternativas concretas de trabalho, é bem mais "fácil" realizá-las onde há terra suficiente e boa para as roças, condições de se criar animais, água boa e plantas. É difícil "trabalhar" nas aldeias da capital (Barragem e M'Boi Mirim) onde um envolvimento total é obrigatório e exige um esforço de reflexão e crítica para podermos sair do âmbito das solicitações de remédios, sapatos, latas de leite e consertos de rádio. Estas solicitações são muito importantes, fazem parte do seu modo de vida, e criam uma situação delicada, da qual brancos sem visão crítica e com critérios pessoais tentam se aproveitar e deturpar (tipo assistencialista). Ou tentam ignorar, com preconceitos classificando essas coisas como bugigangas e considerando mesquinhos estes pedidos. Imaginam poder ofertar uma ajuda que consideram moralisticamente grandiosa. Por mais que os brancos desconheçam, entretanto, é a aldeia da Barragem, na capital, a que mais conserva suas tradições religiosas.

São comuns as intrigas entre as famílias de um mesmo grupo e as disputas entre as aldeias.

Prefiro não participar delas, colocando que essas questões internas devem ser resolvidas entre eles e o cacique.

A participação de brancos que se julgam no direito de intervir são acirra as disputas, pois estes são intermediários parciais.

No meu caso, estou sempre envolvida em várias intrigas por "trabalhar" em outras aldeias. Papel não muito fácil porque quanto

mais contato uma aldeia tem com a outra mais acentuam-se as críticas, Assim, os guaranis do Rio Branco, de M'Boi Mirim e da Barragem acusam-se uns aos outros, continuamente de brigas, bebedeiras, de não trabalharem, etc.

Nas aldeias do litoral, procurei conhecer a todos, mas, definir a atuação do Projeto e me orientar através do cacique ou chefe da aldeia e de José Fernandes.

Ao escutar queixas sobre um cacique que não divide bem as coisas e não é bom (e aí eu estaria apoiando uma pessoa errada) procuro dizer que este é um assunto deles, que devem conversar entre si e com o cacique, resolvendo seus conflitos como sempre fazem, substituindo o chefe ou não. Caso ocorra mudança na chefia, caberá aos brancos respeitarem igualmente o novo chefe. Achei esta forma de agir mais de acordo. Além disso, me é impossível manter uma relação tão assídua nessas aldeias como na Barragem.

Acredito ainda que não é porque lhes conseguimos bens materiais que temos direito e capacidade para interferir nas suas questões internas.

É inevitável que ocorram falatórios quando se trata de dividir mantimentos, e isso em todos os casos. Se o cacique é bom (Silveira), sua mulher não é e torna injusta a repartição. Se o cacique é justo (Barragem), está obtendo prestígio e tendo acesso a um controle do PG que os demais não têm. Se o cacique é velho (Rio Branco) faz os outros trabalharem para ele e só quem o faz recebe alimento. Mas, em nenhum desses casos, a situação do chefe se instabiliza. Um de seus papéis é justamente o de ser o agente catalizador das frustrações e insatisfações da sua "turma". Mas se o chefe é novo, não é um cacique e está em busca de um prestígio ainda não firme (Ubatuba), sua condição oscila, as pressões tornam-se mais fortes: é uma provação.

No caso do Silveira, ocorre que as duas enteadas do cacique, que são



ALDEIA DO SILVEIRA - Barra do Una

casadas com brancos, são mais beneficiadas que as outras três famílias guaranis da aldeia, pois a mulher de Samuel quer o melhor para as filhas e netos.

Na aldeia da Barragem, onde meu envolvimento é maior e a constância da minha presença permite-me um acompanhamento da situação, sou mais vulnerável às críticas. Quase todos queixam-se e pedem coisas particulares. A maior reclamação é por eu viajar às outras aldeias, "ajudando a quem não trabalha e só bebe, enquanto eles, que são mais numerosos e precisam mais, deveriam receber tudo". Isso reflete um desejo de controle (pois querem que eu fique só lá), e o conhecimento de que a ajuda conseguida às demais aldeias só foi possível devido ao meu relacionamento com eles, pois comecei trabalhando na Barragem. Indica ainda sua fixação no local, não revelam, no momento, uma necessidade ou desejo de mudar.

Procuro, na Barragem, canalizar todas as questões relacionadas ao PG a José, mas devido ao meu envolvimento, acabo dando satisfações a várias famílias. De todo o jeito, converso com José a respeito de todas as minhas dúvidas, e participo a Nivaldo todas as propostas.

A importância de toda essa situação, ao meu ver, reside no fato de que, de um modo geral, demonstram uma participação viva em relação ao PG, decidindo várias questões, em vez da atitude passiva, habitual, de quando recebem "presentes" esporádicos.

Outro ponto positivo é a melhora no estado de saúde geral, devido principalmente à contribuição dos mantimentos.

Na aldeia da Barragem, entre agosto de 1980 e agosto de 1981, nasceram sete crianças (seis meninas e um menino), todas vivas, e aconteceram quatro casamentos entre jovens das famílias estáveis.

II. SANITARISMO E SAÚDE

1. ÁGUA

Nas aldeias do litoral a água da serra é ótima, os banhos são tomados nos rios. Na Barragem, a água da Represa Billings está condenada, piorando sensivelmente de qualidade na época de seca quando a Light (agora Eletropaulo), puxa água do Rio Pinheiros, "esgoto descoberto de São Paulo", para obter energia. Os peixes morrem envenenados, os poços da aldeia comprometidos com a represa ficam rasos e cheiram mal. Neste mês (setembro/81), num informe sobre a Billings fornecido pelo noticiário do rádio, a Cetesb computou, numa só manhã, cerca de três toneladas de peixes mortos, na região de São Bernardo, devido a poluentes industriais.

Através de um ofício encaminhado à Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) este órgão efetuou exames completos em quatro dos cinco poços da Barragem (um está totalmente condenado) e em uma lagoa do terreno que pertencia à Rádio Tupi (desativada), onde os guaranis tomam banho e bebem água. Na aldeia de M'Boi Mirim, o único poço também examinado, existe desde que os guaranis vivem lá, há cerca de quinze anos, nunca foi limpo, permanece descoberto. A Cetesb comprometeu-se também a encaminhar e orientar o tratamento da água e recuperação dos poços.

2. MOSQUITOS

A aldeia do Rio Branco é infestada por borrachudos (espécie de mosquito sanguessuga). No verão atacam em maior quantidade,

atrapalhando os afazeres rotineiros (os brancos e desacostumados chegam a sofrer processos alérgicos graves). Os guaranis da capital enfatizam muito esse lado negativo do Rio Branco onde, por sua vez, os índios comentam da água ruim e da pulga (bicho do pé) das aldeias da capital.

As aldeias do Silveira (Rio Silveira) e de Ubatuba (Rio Promirim) não se ressentem tanto deste problema pois, segundo os índios, a Prefeitura coloca inseticida perto das cachoeiras das regiões, onde estão os ninhos de borrachudos.

3. CONTROLE E TRATAMENTO DE TUBERCULOSE PULMONAR

O controle e o tratamento da tuberculose pulmonar, realizados através do Centro de Saúde de Santo Amaro a partir de julho de 1980, estendeu-se, este ano, da aldeia da Barragem à aldeia de M'Boi Mirim.

Foram feitos exames clínicos, testes tuberculíneos (PPD) e baciloscopias (BK). As crianças com PPD negativo foram vacinadas (BCG intra-dérmico) e os adultos, quase todos com PPD positivo, estão sendo reexaminados e se preciso, medicados (Quimioprofilaxia com hidrazida). Os casos com sintomatologias serão encaminhados ao RX de tórax.

No ano passado, na Barragem, nove pessoas (duas crianças) fizeram Quimioprofilaxia com Hidrazida e foram encontrados dois casos de TB (um homem e uma mulher), devidamente tratados.

Os resultados deste ano, tanto dos exames feitos nos moradores novos da Barragem como nas famílias de M'Boi Mirim, ainda não são definitivos.

4. VACINAÇÃO

A médica homeopata, doutora Yoshie, continua ainda o programa de vacinação, nas novas crianças da Barragem, acompanhando-me à aldeia em visitas quinzenais, atendendo casos clínicos que trata, dentro do possível, com medicação homeopática.

O Centro de Saúde de Parelheiros que fornece as vacinas para a aldeia, desde janeiro de 1980, sob o controle da doutora Yoshie, fornece também quatro latas pequenas de leite ou Gestal para as mães de crianças até um ano de idade. Na Barragem há nove crianças, das famílias estáveis, inscritas para receberem leite (que em alguns meses falta), mas a distribuição e o consumo desse leite fica a critério dos guaranis. Sabe-se que as crianças índias tomam leite materno até os dois ou três anos de idade, salvo em situações de doença.

O problema de saúde mais complicado é a verminose, tanto na Barragem como em M'Boi Mirim. Nas aldeias do litoral, devido a boa condição da água há menos incidência.

III. CRIAÇÃO DE ANIMAIS, PESCA E CAÇA

1. CRIAÇÃO DE ANIMAIS.

Somente agora (setembro), começamos a reativar a criação de galinhas da Barragem. Esperamos algum tempo para que a causa da epidemia que matou quase todas as galinhas da região, se afastasse. Um veterinário homeopata, apresentado pela médica, visitou a aldeia e conversou com algumas famílias. Com isso, não era minha intenção nem do veterinário ensinar os guaranis a criar galinhas (o que sabem fazer muito bem) nem interferir na sua produção mas, sim, pesquisar a doença (coriza infecciosa causada por bactéria), para a qual não há vacina, que ataca as aves e orientar sobre algumas medidas preventivas.

Encomendamos, de uma fonte sugerida por ele (já que de Parelheiros à Barragem não existem galinhas para vender devido à doença), cerca de cinquenta e oito pintinhos de três semanas, o que dará cerca de quatro a cinco pintinhos para cada casa.

Nada indica se no próximo ano ocorrerá ou não a epidemia, entretanto, é nossa intenção continuar com a experiência.

Nas outras aldeias, em relação à criação de animais nada foi ativado pois a verba disponível do PG foi suficiente somente para encaminhar os trabalhos nas roças.

2. CAÇA

Uma solicitação comum de todas as aldeias foi a compra de

espingardas. Os guaranis do litoral, em geral, fazem mundêus mas devido à escassez de caça, mesmo na Serra do Mar, torna-se difícil, por este método, pegar animais. Na Barragem, os guaranis que têm espingarda caçam, nas margens da represa, uma espécie de rato grande do mato, que, para eles, representa o seu reduzido consumo de carne.

Nesse sentido, já que têm poucas ou nenhuma galinha, outro recurso acessível de proteína advém de duas granjas situadas a dois quilômetros e meio da aldeia, em direção ao Crucutu, onde, por Cr\$ 100,00, levam um frango que pode, enquanto vivo, segundo o veterinário, contaminar com doenças as poucas galinhas da Aldeia da Barragem.

No litoral, as pequenas caças são um recurso indispensável (mesmo se, atualmente, reduzido) na alimentação das pequenas comunidades guaranis. Convém lembrar que não foram e nem são os índios os causadores da extinção da fauna, nem devastadores das florestas brasileiras. Muito pelo contrário, são preservadores.

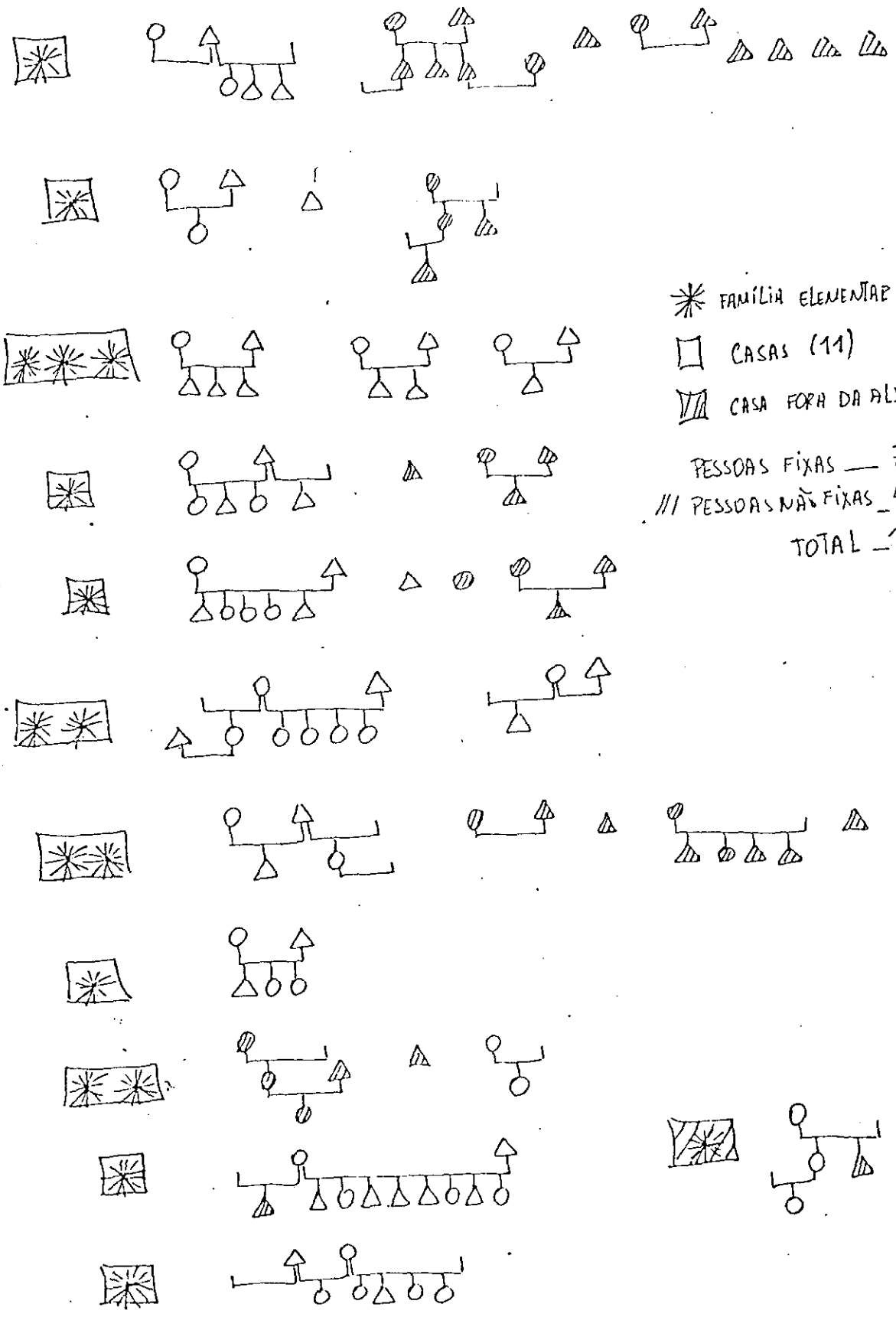
IV. QUESTÃO LEGAL DAS TERRAS

A garantia legal das terras é preocupação nossa, decorrente das especulações imobiliárias crescentes nas regiões turísticas e da nossa concepção de segurança e garantia determinada pelo sistema capitalista.

Atualmente há dois advogados integrados ao CTI, com disponibilidade para acompanhar os vários e intrincados casos relativos às terras dos guaranis. Oportunamente poderão discorrer sobre o assunto.

POPULAÇÃO DA ALDEIA DA PARAGEM
OBS.: QUADRO INSTÁVEL.

EM JUNHO DE 1981.



* FAMÍLIA ELEMENTAR FIXA

□ CASAS (11)

▨ CASA FORA DA ALDEIA (1)

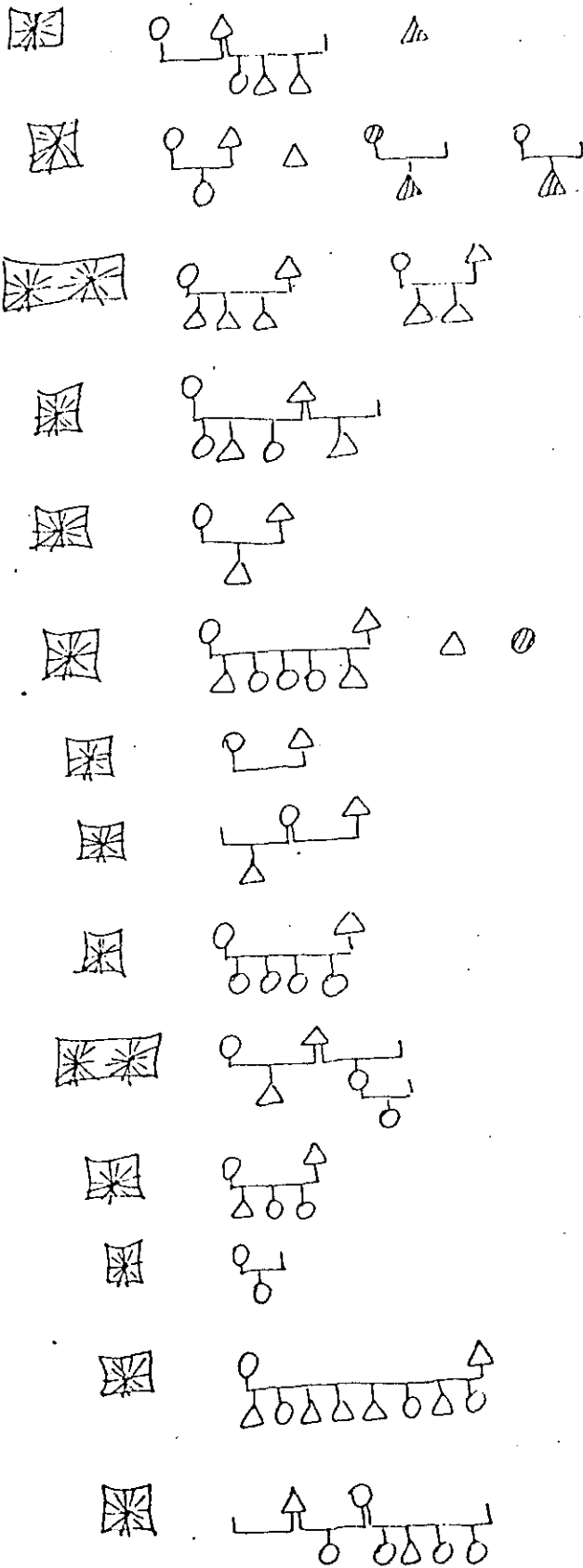
PESSOAS FIXAS — 77

/// PESSOAS NÃO FIXAS 42

TOTAL — 119

POPULAÇÃO DA ALDEIA "MOZO DA SAUDE" (BARRAGEM)

EM SETEMBRO/81



* FAMILIA ELEMENTAR FIXA

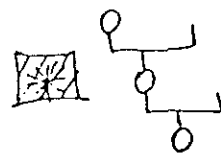
□ CASAS (14)

▨ CASA FORA DA ALDEIA (1)

PESSOAS FIXAS — 78

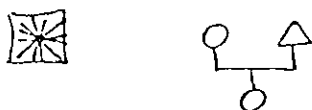
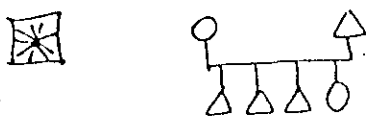
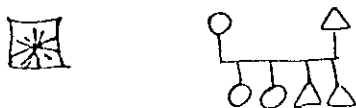
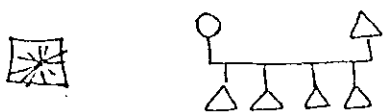
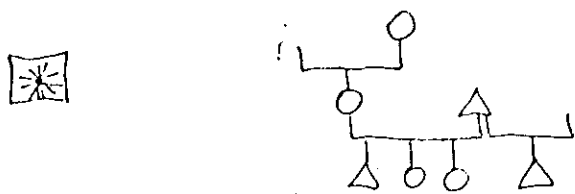
/// PESSOAS NÃO FIXAS — 6

TOTAL — 84



POPULAÇÃO DA ALDEIA BOA VISTA (UBATUBA)

EM MAIO DE 1981.

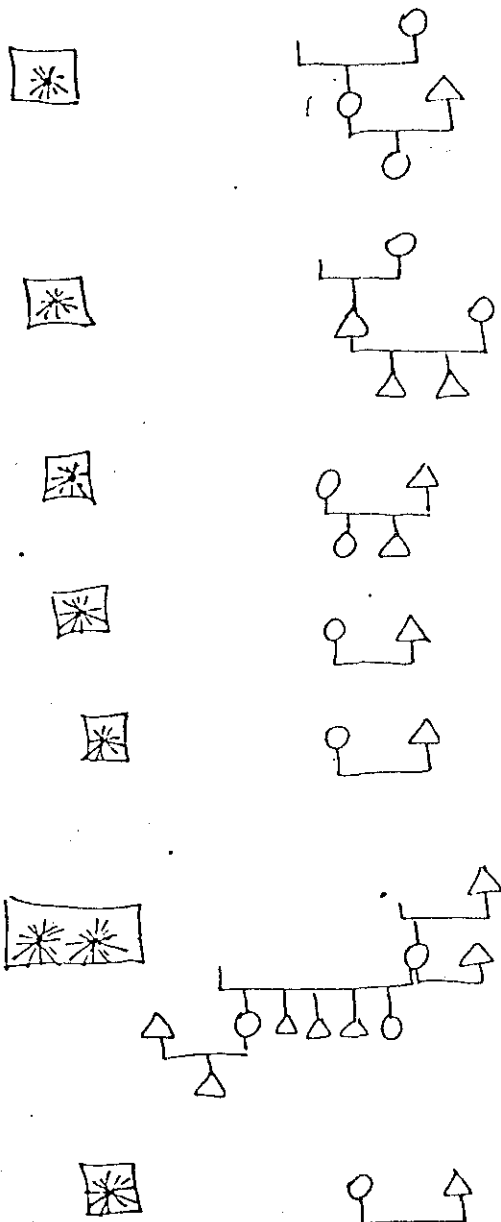


* FAMÍLIA ELEMENTAR

□ CASAS

Nº DE PESSOAS 36

POPULAÇÃO DA ALDEIA DO RIO BRANCO (ITANHÉM) EM JULHO DE 1981.



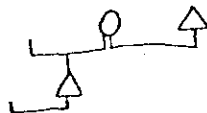
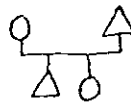
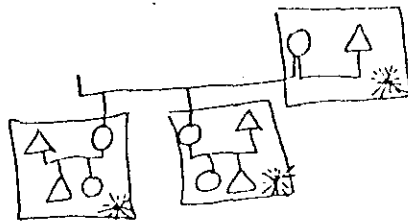
* FAMÍLIA ELEMENTAR

□ CASAS

Nº DE PESSOAS — 29

POPULAÇÃO DA ALDEIA DO SILVEIRA (BARRA DO UNA)

EM JULHO DE 1981.



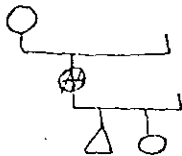
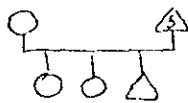
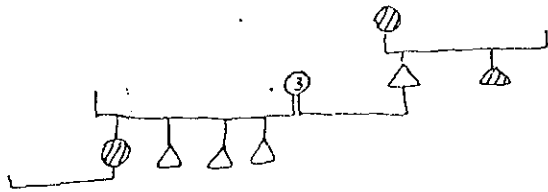
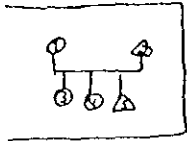
* FAMÍLIA ELEMENTAR

□ CASAS (6)

N.º DE PESSOAS — 20

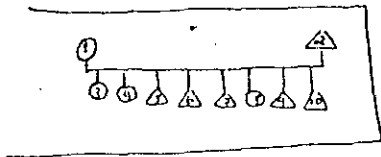
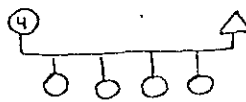
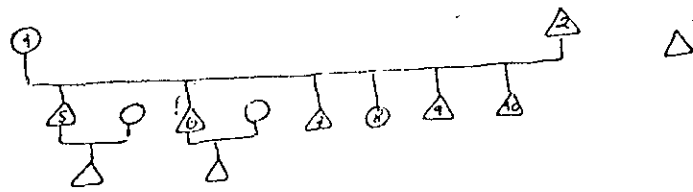
POPULAÇÃO DA ALDEIA DE MBOI MIRIM

EM AGOSTO DE 1981



POPULAÇÃO DE ITATINGA (BRACUI)

EM MAIO DE 1981.



1 982
2.º semestre

Centro de Trabalho
307
GUARANI
P-R
INDIGENISTA

INFORME SOBRE A ALDEIA GUARANI DO RIO SILVEIRA EM BARRA DO
UNA MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO ESTADO DE SÃO PAULO.

A aldeia Guarani do Rio Silveira localizada a duas horas e
meia de caminhada de Barra do Una, Município de São Sebastião
sertão adentro, tem sido alvo de disputa de brancos que
querem tomar aos índios estas terras, pelos menos desde a
década de cinquenta.

O projeto de apoio comunitário desenvolvido pelo Centro de
Trabalho Indigenista e coordenado por Maria Inês Ladeira teve
seu início em 1980 na comunidade guarani da Barragem situada
nas margens da represa Billings no bairro de Parelheiros,
Município de São Paulo. Logo no seu segundo ano este projeto
passou a atender igualmente as outras aldeias guarani do
litoral com as quais os elementos da Barragem mantêm estreitas
ligações de parentesco e econômicas.

Desde 1981 o projeto CTI tem dado apoio ao grupo guarani do
Rio Silveira sobretudo para os trabalhos de roça e mais
recentemente na defesa de suas terras.

No final de 1981, numa das viagens de Maria Inês Ladeira a
esta aldeia, Samuel Bento dos Santos, o cacique, solicitou
acompanhá-la até São Paulo para conversar com o Coronel Homero,
pessoa identificada pelos índios como "dono da terra" e

"protetor dos índios". Maria Inês e Marco Antonio Barbosa acompanharam Samuel até a casa do Coronel que então revelou a existência de um processo judicial sobre as terras da aldeia e que estaria em fase de julgamento de recurso extraordinário. No mês de junho deste ano, quando de nossa viagem à aldeia para discussão do projeto, fomos surpreendidos com a abertura de uma estrada de rodagem dentro da fazenda Água do Bento, justamente sobre o caminho dos índios. A fazenda Água do Bento de propriedade do espólio de José Rivera Gomez e outros e administrada pela viúva dona Adelaide, de nacionalidade espanhola, faz divisa com as terras da aldeia e para se chegar nela tem-se necessariamente que atravessar esta fazenda.

Conversando então com o tratorista fomos informados que a estrada estava sendo construída com a finalidade de extração de cascalho de primeira elevação montanhosa dentro de tal propriedade para os trabalhos de pavimentação da rodovia Rio-Santos.

No mês de setembro último fomos procurados pelos índios que foram surpreendidos com a abertura de picadas por parte de particulares que alegaram serem donos daquelas terras. As picadas foram interrompidas por oposição dos índios praticamente às portas das suas casas. Ao solicitarem esclarecimentos foi-lhes exibida uma fotocópia de um mandado de reintegração de posse expedido pelo juízo de direito de São Sebastião, datado de 19 de julho de 1980 a favor de Joaquim Feliciano da Silva Neto e outros contra Homero Santos.

De posse desta informação a advogada do CTI, Carla Antunha dirigiu-se ao fórum de São Sebastião onde tomou conhecimento de tal processo de reintegração de posse proposto por Joaquim Feliciano da Silva Neto contra Homero Santos.

Este processo que já conta com dois volumes remete a disputa judicial ao final da década de quarenta. Domênico Ricardi Maricondi o primeiro a propor ação contra Homero Santos (Joaquim Feliciano da Silva Neto é seu sucessor), proprietário do sítio Juréia reclama tais terras em razão de uma escritura de propriedade, antiga, na qual está estabelecida uma determinada metragem ao longo da costa, na praia da Juréia e cuja profundidade, segundo o mesmo documento, leva a propriedade até a cota de 1000 da serra do mar, bem nos moldes das sesmarias no tempo do Brasil Colônia. Homero Santos, por sua vez, apresenta como documento uma cessão de direitos possessórios.

O fato é que tanto um como o outro jamais ocuparam as terras onde vivem os índios, ou seja, o território compreendido entre as primeiras elevações montanhosas da Serra do Mar e os rios Silveira, Una e Ribeirão Vermelho.

O mais interessante do processo judicial é que na própria petição inicial os autores da reintegração de posse confessam que quem mora em tais terras são os índios. Os peritos judiciais que apresentaram vários laudos também são unânimes em reconhecer que as terras são habitadas por índios, um dos

juizes de direito da comarca de São Sebastião tentou até mesmo, certa feita, comunicar por ofício o antigo SPI do interesse de índios naquele processo. Não sabemos se este ofício chegou às mãos dos responsáveis do órgão tutelar ou não. Em todos os momentos, a tese imposta pelos autores e aceita pelo judiciário é de que Homero Santos teria levado os índios para que estes, como prepostos seus, o fizessem adquirir a propriedade da terra. Isso é afirmado, o tempo todo, no processo, pelos autores. Homero Santos teve o cuidado de em suas petições jamais fazer referência a índios. Na região o Coronel Homero é sempre associado aos índios.

Os peritos afirmam que há índios e aldeamento, o próprio Tribunal de Justiça em seus acordãos fala repetidamente em índios, dando decisão favorável a Joaquim Feliciano da Silva Neto a despeito do artigo 198 da Constituição Federal determinar a nulidade de qualquer ato jurídico que incida sobre terras habitadas por índios ou silvícolas.

Foi mesmo a partir de julho deste ano que os interessados nestas terras, há muitos anos resolveram definitivamente expulsar os índios. Este fato coincide com a abertura da estrada Mogi-Bertioga que incrementou a especulação imobiliária naquela região.

Tudo ao mesmo tempo, de um lado dona Adelaide (de nacionalidade espanhola) e proprietária da fazenda Água do Bento, em cujas terras os índios tem Servidão de Passagem, iniciou a abertura

da estrada de rodagem sobre o caminho dos índios. Atualmente, a estrada está pronta e os únicos impedidos de utilizarem-na são os índios, sob a alegação da própria dona Adelaide de que eles não a ajudaram nesta construção; ao mesmo tempo, ela resolveu avançar os marcos da divisa entre suas terras e as dos índios. No limite sul do território, na faixa do Ribeirão Vermelho os índios foram invadidos por trabalhos de picadas realizados por ordem de Armando Peralta que também se diz proprietário daquelas terras e na faixa do Rio Una foram invadidos pelas picadas do sítio Juréia de propriedade de Joaquim Feliciano da Silva Neto.

Tão logo tomamos conhecimento do processo e do mandado de reintegração de posse explicamos aos índios o que isso significava e como poderiam defender suas terras com amparo na constituição do Brasil e através dos trabalhos de advogado.

Até então houveram várias discussões internas no CTI a respeito do fato de os índios poderem ou não agir sem a Funai. Uns pró, outros contra, o fato é que sempre houve muita resistência por parte das entidades de apoio de levarem os índios a recorrerem sozinhos perante o poder judiciário.

Em nosso trabalho de assistência jurídica aos Terena iniciado em 1981 tivemos a oportunidade, sobretudo em casos de direito criminal, de defender índios sem o consentimento da Funai e até mesmo contra a vontade expressa e escrita de um advogado contratado pelo órgão tutelar em Campo Grande.

Temos defendido a tese de que a relativa capacidade do índio não o impede a prática de todos e quaisquer lícitos atos, sobretudo o de constituir advogado para defender seus direitos perante o poder judiciário. Independentemente de ser índio ou não, o relativamente capaz não é representado pelo tutor mas sim assistido e os atos por ele praticado, diferentemente do absolutamente incapaz, não são nulos de pleno direito. Insistimos que em coerência ^{com} o espírito da lei, a assistência ao relativamente capaz não autoriza que o juiz não conheça o pedido de uma comunidade indígena ou de um índio pelo fato do pedido não ter sido praticado juntamente com a Funai. Os atos praticados pelos índios, mesmo sem a assistência da Funai, são válidos desde que não lhes sejam lesivos nem contrários à lei.

Relativamente ao direito de pleitear em juízo, a questão é ainda mais simples pois aí nem se cogita de desprezar-se a assistência do órgão tutelar que poderá comparecer ao processo por intimação do juiz, conforme prevê a lei.

Em razão deste entendimento, o professor Dalmo de Abreu Dallari e os advogados Marco Antonio Barbosa e Carla Antunha foram nomeados procuradores dos Índios Guarani do Rio Silveira com a finalidade específica de defender seus direitos possessórios em juízo através de procuração lavrada por instrumento público em 22 de setembro de 1982 nas notas do Tabelião Firmo da Capital de São Paulo.

No dia seis de outubro próximo passado foi distribuída a ação de Embargos de Terceiro Possuidor, na qual a Comunidade dos Índios Guarani do Rio Silveira é a autora contra Joaquim Feliciano da Silva Neto e outros com a finalidade de sustar qualquer providência tendente a desalojar os índios de suas terras.

A partir daí a Sator Construtora/Fator Empreendimentos Imobiliários que pretende executar um grande projeto de loteamento naquelas terras procurou andar mais rápida do que a justiça, isto é, antes de que fosse despachada a petição da comunidade guarani e, aproveitando-se também do clima das eleições, tentaram primeiro cumprir o mandado de reintegração que é contra Homero Santos sobre a comunidade. Abriram uma picada especialmente para o acesso do oficial de justiça que se dirigiu à aldeia no dia vinte e oito de outubro, vinte e dois dias depois que a petição dos índios já se encontrava em mãos do juízo de São Sebastião.

Felizmente não conseguiram desalojar os índios que resistiram declarando ao oficial de justiça, que lavrou um auto de desobediência, que só sairiam dali mortos. Declara o oficial de justiça, ainda em sua certidão, que o cacique dos índios, que totalizavam umas trinta pessoas, ordenou que se retirassem da área sob pena de serem presos pelos mesmos e que se fossem até ali com força policial os mesmos iriam resistir até o último homem, motivo pelo qual, segundo o mesmo oficial de justiça, deixou de dar cumprimento ao mandado.

Não tendo conseguido cooptar o agente da justiça para servir seus interesses os representantes da Imobiliária Fator tentaram outras táticas de intimidação dos índios chegando até mesmo a prometer-lhes a construção de três casas de alvenaria não muito longe de onde moram hoje e quinhentos mil cruzeiros em dinheiro, tentando sempre convencê-los de que melhor seria aceitarem esta proposta porque de qualquer forma a sua saída dali era inevitável.

Passadas as eleições e as apurações, tão logo voltou a funcionar o juízo de São Sebastião procuramos colocar o juiz de direito a par do que vinha acontecendo e lhe solicitamos urgência na apreciação dos embargos para que fosse suspensa a ameaça que vinha pairando sobre o grupo indígena.

Fomos então informados pelos índios que o pessoal da imobiliária, alguns dias antes das eleições marcou um encontro com eles no fórum e na presença do juiz pretendendo com isso intimidar os índios e forçá-los a sair do lugar. Os índios entenderam que o juiz marcou um prazo de 15 dias para resolver a questão. Na entrevista que tivemos com o juiz Pedro Vicentini fomos informados de que nesta audiência concedida aos índios e aos representantes de Joaquim Feliciano da Silva Neto não foi estabelecido nenhum prazo de quinze dias para a solução da questão mas que este prazo correspondia ao tempo dos trabalhos das eleições, que só depois disto é que o juiz poderia apreciar os processos existentes.

No dia quatro de novembro os autos foram conclusos ao juiz. Estivemos no fórum no dia 23 de novembro e ele ainda os tinha em seu poder e em razão de nosso interesse, o juiz remeteu-os ao Promotor de Justiça que neste mesmo dia manifestou-se pela suspensão do processo de reintegração de posse de Joaquim Feliciano da Silva Neto e outros com a devolução do mandado de reintegração de posse pedindo a citação dos autores e réu da ação de reintegração, intimação da Funai e do Serviço do Patrimônio Imobiliário da União reservando-se o direito de se manifestar sobre o mérito em ocasião oportuna.

No dia seguinte o juiz Pedro Vicentini despachou recebendo os embargos propostos pela Comunidade Guarani e suspendendo o curso do processo principal e determinando a citação dos embargados para contestarem a ação no prazo de dez dias determinando ainda que fosse a Funai cientificada da ação.

Tão logo deferido o pedido dos índios, solicitamos ao cartório uma certidão do despacho judicial e com o cacique José Fernandes fomos dar conhecimento dos fatos ao delegado de Polícia de São Sebastião ao Capitão de Polícia Militar que é o responsável pelo destacamento na praia da Juréia e ao responsável pelo posto de Juréia. Todos eles garantiam ao cacique José Fernandes a integridade da pessoa e morada dos índios. Na aldeia deixamos cópia da decisão judicial com o cacique Samuel Bento dos Santos que ficou de tudo informado.

Assim, deferidos os Embargos de Terceiro Possuidor da

Comunidade Guarani fica definitivamente configurado o direito dos índios pleitearem em juízo seus direitos sem a necessidade de isso ser feito por intermédio da Funai. Além do que, no caso específico dos Guarani do Rio Silveira, não ser mais possível, pelo menos até que sejam julgados até final os embargos, que os autores da ação de reintegração de posse contra Homero Santos executem o mandado sobre os índios.

A imprensa foi relativamente mobilizada para este caso bem como outras entidades e pessoas preocupadas e interessadas na sorte destes índios. No momento atual a ameaça maior já foi superada, ou seja a de se expulsar os índios. As coisas ainda não estão decididas. Resta ver o andamento do processo, a solução e o encaminhamento que os índios pretendem dar ao problema de limites com a fazenda Água do Bento e o despacho da ação que também já foi proposta perante a justiça federal contra Armando Peralta que se diz proprietário de parte da aldeia compreendida entre o Ribeirão Vermelho e as escarpas da Serra do Mar.

Esta aldeia atualmente tem uma baixa população o que não significa que seja um problema para o direito guarani a tais terras. A defesa não se faz pelo número atual de pessoas mas por ser um território guarani que é ocupado em diferentes épocas por quantidade diferente de pessoas.

Esta aldeia uma das únicas do litoral de São Paulo onde há um antigo cemitério e onde estão enterrados três caciques; é

patrimônio de todos os índios guarani e indispensável para a sobrevivência não só dos que hoje moram lá mas também de elementos de outras aldeias que vão ao Silveira à busca de matéria prima indispensável na confecção de artesanato, um dos principais meios de sua subsistência, além de outros produtos da mata, tais como palmitos, remédios, etc.. Mesmo os índios Guarani que não moram no Silveira temem pela perda destas terras e insistem em que elas são patrimônio de toda a Comunidade.

São Paulo, dezembro de 1982

Marco Antonio Barbosa

I. LOCALIZAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE AS ALDEIAS GUARANI DE SÃO PAULO NÃO ASSISTIDAS PELA FUNAI

Maria Inês Ladeira

Introdução

No estado de São Paulo, além dos postos indígenas da Funai, P.I. Araribã, P.I. Vanuire e P.I. Icatu (situados no interior do estado) onde vivem índios Guarani, Kaingang e Terena e do P.I. Peruibe, chamado pelos guarani de aldeia do Bananal, se encontram, na costa marítima e na periferia da capital, várias aldeias Guarani em territórios não reservados e independentes do domínio da Funai. A origem destes núcleos se deu através de uma estória comum que esclarece como se processou a corrente migratória que se estende pelos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Em São Paulo, além dos mencionados Postos Indígenas, temos então: no litoral sul, na região de Itanhaém e Itariri, as aldeias do Rio Branco e Itariri, e no litoral norte as aldeias do Rio Silveira em Barra do Una e Boa Vista em Ubatuba. Na periferia de São Paulo estão a aldeia da Barragem (junto à represa Billings), chamada pelos índios de "Morro da Saudade", à qual se integra socialmente o núcleo do Crucutu situado na mesma região e a aldeia de Mboi Mirim, próxima de Embu Guaçu. Na estrada turística do Jaraguá vive, há mais de 20 anos, uma família que, embora

20

marginalizada politicamente da sociedade Guarani, conserva com ela seus laços de parentesco. O velho chefe desta família ainda tem seu prestígio garantido e esta casa é um ponto importante para os Guarani, que lá transitam livremente.

* Acrescentaram dados a este informe a antropóloga Maria Bernadete Nogueira Franceschini e o advogado Marco Antonio Barbosa

ALDEIAS NÃO ASSISTIDAS PELA FUNAI

| Aldeia | Município | Área Aproximada |
|----------------------------|----------------------|----------------------------|
| Morro da Saudade e Crucutu | São Paulo | 3 alqueires 9 alqueires |
| Mboi Mirim | Itapeçerica da Serra | 3 alqueires |
| Rio Branco | Itanhaém | 350 alqueires |
| Itariri | Itariri | 833 ha |
| Rio Silveira | São Sebastião | 295 alqueires |
| Boa Vista | Ubatuba | 190 alqueires |
| Jaraguá | São Paulo | 2000 m ² |

População aproximada: 380

ALDEIAS SOB JURISDIÇÃO DA FUNAI

| | | |
|------------------------|-----------|-----------------|
| P.I. Peruibe (Bananal) | - Peruibe | - 240 alqueires |
| P.I. Icatu | - Brauna | - 100 alqueires |
| P.I. Vanuire | - Tupã | - 260 alqueires |
| P.I. Araribã | - Araribã | - 900 alqueires |

1. ALDEIAS SITUADAS NA PERIFERIA DA CAPITAL

Aldeia Morro da Saudade (Barragem, Parelheiros)

A aldeia da Barragem (denominada Morro da Saudade, antiga Vila Guarani) está localizada a leste do Município de São Paulo, junto a represa Billings, a 10 km do bairro Colônia, no Distrito de Parelheiros. Circundam-na sítios de pequenos produtores, casas de campo e vastas regiões de terra pertencentes a Light.

Um dos limites da aldeia é com um terreno da Rádio Tupi, cuja sede e instalações estão há um ano desativadas.

A aldeia se situa a 60 km do centro de São Paulo, e apesar da facilidade de acesso por carro, através dos transportes coletivos o percurso é demorado (mais ou menos 4 horas de viagem) e caro, uma vez que do bairro de Colônia até a Barragem não há ônibus e o trajeto só pode ser feito por uma lotação cujo preço e horário não são fixos.

Os meios de subsistência do grupo são precários. A água consumida é a da represa Billings altamente poluída. As roças de milho, feijão e mandioca são pequenas para prover toda a população, e apenas complementam a alimentação que é comprada no empório do bairro da Barragem, com dificuldade. A pesca na represa é contaminada e escassa durante todo o

ano, com apenas dois meses de melhora, na época das chuvas (dezembro e janeiro). Os Guarani se locomovem com frequência à aldeia do Rio Branco para tirar proveito dos recursos da Serra do Mar, onde cortam palmito para vender, colhem matéria prima (inexistente na Barragem) para confecção de artesanato e trazem, algumas vezes, couro de caça para vender. Na Barragem os Guarani que trabalham como diaristas nas chácaras vizinhas são aqueles que não fazem parte da população fixa da aldeia, e que acham ser esta uma forma imediata de conseguir dinheiro para prosseguir viagem ou retornar à sua aldeia. Os Guarani da Barragem vêm aperfeiçoamento um sistema de comercialização do artesanato em função de um controle interno da comunidade.

Um problema grave que atinge este grupo é a grande quantidade de pessoas e entidades com valores e propósitos muito heterogêneos, que procuram interferir, cada qual com uma sugestão diferente (mas quase sempre preconceituosa), nos hábitos de trabalho (da roça ao artesanato), educação e higiene. Isto de alguma forma acontece, não no que estas pessoas pretendem, mas causando discussões e disputas entre os Guarani.

A aldeia da Barragem é, dos núcleos de São Paulo, apesar da sua pouca terra, o que mais vem aumentando sua população. Atualmente, o número de pessoas que ali vivem oscila de 120 a 140 entre a população estável e a flutuante (parentes e amigos). Apesar das condições físicas precárias a aldeia da Barragem é um dos pontos políticos mais importantes devido

ã sua liderança religiosa, atraindo várias famílias que acabam ali se fixando. Apesar das dificuldades, os Guarani que predominam nessa aldeia jamais pensam em abandoná-la.

A Barragem tornou-se um ponto importante de passagem dos Guarani que transitam do sul ao litoral, e vice-versa. É um local estratégico para o encontro e troca de informações.

No início da década de sessenta, parte do grupo Guarani começou a imigrar do P.I. Mangueirinha, oeste do Paraná, para o litoral sul do Estado de São Paulo. O grupo familiar liderado pela velha Vitalina (falecida no início de 1979), em torno de 14 pessoas, se fixou no local em 1964. Contam que estavam acampados sob uma ponte no sul da cidade quando conheceram o senhor Yasuhiko Kugo, que os atraiu para o terreno da Barragem. Existe um testamento, datado de 22/08/1970, onde o senhor Kugo confere aos Guarani a propriedade dessa terra após sua morte. Entretanto este documento não preenche os requisitos legais de um verdadeiro testamento. Além disso, ao passar dos anos, o senhor Kugo foi vendendo lotes a particulares, de modo que a área, que inicialmente era de nove alqueires, ficou reduzida aos três alqueires, embora a ocupação dos índios Guarani transcenda essa área.

Estão preocupados, entretanto, em obter o documento que lhes garanta a terra, e afirmam que o "japonês" diz já ter providenciado tudo, porém não lhes deu nenhum papel, assim como nunca mostrou a escritura do terreno que diz lhe

pertencer.

Juridicamente, pelo tempo em que vivem na região, os índios têm direito à "propriedade plena" dessas terras (Estatuto do Índio, artigo 32).

A valorização das terras nesta região é crescente. Há projetos de construção de uma via de acesso direto da Barragem à Rodovia Imigrantes, bem como de criação de linhas ferroviárias, facilitando o transporte da população regional.

Crucutu

Crucutu é uma região próxima à Barragem aproximadamente 4 km além da comporta (Light) que atravessa a represa. O trajeto, para quem não tem carro próprio, deve ser feito a pé pois a lotação só faz o percurso Colônia-Barragem. Predominam chácaras de proprietários japoneses, com grandes plantações de verduras comercializáveis.

Num terreno de cerca de 9 alqueires habita, há 6 anos, uma família Guarani extensa integrada ao quadro social da aldeia "Morro da Saudade" (Barragem).

Há plantações de banana e cana feitas pelos índios. Os Guarani da Barragem e do Crucutu trabalham em mutirão nas roças de milho e feijão.

Por ter área superior à aldeia da Barragem que abriga muitas famílias e pela boa qualidade da terra para o plantio de alguns gêneros, o terreno do Crucutu apresenta-se como recurso indispensável aos Guarani da Barragem.

Outro grupo familiar já morou na região. Mas, depois de ameaçados, tiveram sua casa derrubada por homens que se achavam com direito sobre a terra e que tinham medo da proliferação dos índios e que se tornasse impossível sua expulsão.

Em 1980 os mesmos interessados atearam fogo no casebre de

um velho que assumia as funções de caseiro para um terceiro e incriminaram os índios pelo feito.

Acusaram-nos de terem recebido armamento de fogo para defenderem a terra quando, na verdade, a tal arma era uma espingarda de espoleta que haviam ganho de presente.

Pelas várias ameaças recebidas os Guarani da Barragem resistem em aumentar o número de famílias no Crucutu com medo de represálias. Entretanto, garantem o terreno com uma ou duas famílias esperando a ocasião propícia e segura para uma ocupação definitiva.

Coincidentemente o mesmo senhor Kugo (Barragem) se diz dono também desta área.

Aldeia de Mboi-Mirim

Localiza-se no Município de Itapeçerica da Serra, no km 30 da Estrada Mboi-Mirim, no terreno do Instituto Rural Cardeal Agnelo Rossi, propriedade da Arquidiocese de São Paulo, cuja área total é de cerca de 13 alqueires.

O trajeto até a aldeia é bem acessível; há uma trilha de 500 metros que liga a aldeia à estrada.

Há aproximadamente 17 anos, este grupo, originário do Rio das Cobras, chegou à São Paulo indo morar na aldeia da Barragem. Algum tempo depois, por questões políticas, um grupo familiar aceitou o convite do padre José Skiviski para que fossem viver no Instituto Rural, num alojamento de madeira compartimentado onde estão até hoje.

A maior parte do terreno que ocupam é um barranco, sendo o restante bem acidentado. Plantam milho, mandioca e feijão tirando, pouco proveito da terra.

Devido às precárias condições físicas do local, as pessoas deste núcleo - especialmente as mulheres e crianças costumam sair todos os dias para vender artesanato na cidade ou em Santo Amaro, como meio de obterem dinheiro para a compra de alimento e de outros gêneros.

Além da comercialização do artesanato vão, constantemente, à aldeia do Rio Branco buscar recursos: alguma caça, palmito,

matéria prima para o artesanato (cipõ, imbê, embira, penas e paus).

Na área do Instituto vivem ainda algumas famílias de brancos. Recentemente foi anunciado que a Igreja Católica pretendia distribuir as terras do Instituto em lotes à famílias carentes. Porém, conforme nos informou o bispo Dom Fernando isto não será possível, em razão da lei de zoneamento que não permite que a área beneficie mais de 50 famílias. Como a intenção da Igreja era de ali localizar cerca de 500 famílias, ainda segundo Dom Fernando o Patrimônio da Curia pretende reformar, com o Governo Estadual essa área com outra na qual possa realizar seu plano de estabelecer as 500 famílias pobres.

Pensa o bispo que se a negociação for feita a área do Instituto deverá ser aproveitada pelo estado para área de lazer ou parque público.

De qualquer forma, acreditamos que nestas negociações não se está levando, devidamente em conta o interesse e o direito deste grupo Guarani que ai vive.

Nossa proposta é de que, caso o Estado adquira ou permute com a Curia as terras do Instituto que garanta o total destes 13 alqueires para ocupação exclusiva dos Guarani.

2. ALDEIAS DO LITORAL DE SÃO PAULO

Aldeia do Rio Branco

Localizada no Município de Itanhaém, a aldeia do Rio Branco dista cerca de 15 km do mar, no vale do Rio Branco, próximo à Serra do Guapewuvu. Partindo de São Paulo o acesso é feito pela Rodovia Pedro Taques até o quilometro 100, onde se inicia uma estrada de terra, de cerca de 30 km, que vai para Porto Velho. A aldeia se situa a 10 km do ponto até onde é possível o trânsito de veículos, e este trecho tem que ser feito a pé, pela mata. Os Guarani da Barragem e de Mboi Mirim fazem, habitualmente, todo o percurso a pé, cortando caminho pelo mato, num total de 37 km, que levam 8 horas para percorrer.

A aldeia do Rio Branco está localizada no abruto da Serra do Mar, região chuvosa e quente, propícia para o cultivo da banana, milho, arroz e feijão. Uma das maiores queixas dos Guarani que lá residem é a grande quantidade de borrachudos, que atrapalham sobretudo as atividades na roça, e cujas picadas às vezes infeccionam, provocando feridas difíceis de curar. Este é um motivo que os Guarani da Barragem dão muita ênfase quando dizem que não dá para permanecer muito tempo na região, apesar da existência de caça e de bastante terra.

Nas proximidades ainda se encontram alguns animais de pelo: veado, paça, cachorro do mato, porco do mato, etc., e tipos variados de aves. Apesar da aldeia se situar nas cabeceiras do Rio Branco, a pesca é considerada escassa pelos Guarani.

Os meios de subsistência, além de alguma caça e pesca, vêm de pequenas roças familiares. Para obtenção do dinheiro, além da comercialização do artesanato na cidade de Itanhaém, vendem palmito silvestre, cuja extração é proibida. Já ocorreram, por esse motivo, sérios atritos com fiscais da Prefeitura de Itanhaém, mas nem por isso os Índios abandonam esta atividade.

Esta aldeia se formou há mais de sessenta anos, quando um grupo mbya se deslocou, provavelmente do leste paraguaio e nordeste argentino, para o litoral de São Paulo, fixando-se na região. Segundo o Capitão Zezinho, remanescente dos primeiros Guarani que lá chegaram, o grupo recebeu do Governo, em 1957, quando seu pai Francisco de Oliveira era o Capitão, a área de 350 alqueires ao longo do Rio Branco. Atualmente a aldeia é circundada por três grandes fazendas de banana: São Pedro, Mambu e Áurea.

Vivem na aldeia cerca de 40 pessoas (8 famílias), em casas distribuídas numa faixa de mais ou menos 3 km. A maior parte das famílias dessa aldeia descende de famílias que vieram do P.I. Mangueirinha (PR).

Aldeia do Rio Silveira

Situa-se no litoral norte do Estado de São Paulo, no Município de São Sebastião, distante cerca de 15 km, da estrada que liga Bertioga a São Sebastião, na região de Barra do Una. Está situada na cabeceira do Rio Silveira, próxima ao rio Una e seus afluentes e tem cerca de 295 alqueires.

Esta aldeia formou-se há aproximadamente 40 anos. Em seu cemitério estão enterrados três caciques que a lideraram e outros Guarani que lá viveram.

Atualmente 5 famílias têm residência fixa na aldeia embora ela abrigue vários Guarani de outras regiões que para lá se dirigem em busca de recursos naturais.

Os Guarani do Silveira têm uma criação de galinhas, relativamente grande para consumo próprio.

Na região compreendida entre a cidade de São Sebastião e Bertioga, onde se situa Barra do Una, estão se intensificando, aceleradamente, as especulações imobiliárias, tornando turísticos alguns povoados cujo acesso se facilitou com a construção da estrada Rio-Santos e principalmente depois da abertura da estrada Mogi-Bertioga no último Governo Estadual.

A aldeia do Rio Silveira é considerada por muitos Guarani de São Paulo como a que apresenta condições físicas mais apropriadas ao seu modo de vida. A terra é de boa qualidade para a agricultura. Prevalece na região a mata nativa, existindo árvores de porte e palmito silvestre. Segundo os Guarani da Barragem e de Ubatuba essa é a região do litoral onde existe mais caça.

As atividades de subsistência são basicamente as roças de milho, mandioca, batata doce e feijão, caça e pesca. Comercializam, para obtenção de dinheiro, algumas caças pequenas e artesanato, que são vendidos em Barra do Una, Bertioga, Maresias e São Sebastião.

As terras desta aldeia hoje estão ameaçadas pela pretensão dos sucessores de Domenico Ricardi Maricondi que as reclamam judicialmente com base em um título de propriedade.

Por intermédio do CTI os Índios propuseram Embargos de Terceiro Possuidor no processo de reintegração de posse que os sucessores de Domenico Ricardi Maricondi propõem contra Homero Santos tendo os embargos sido aceitos pelo juiz de São Sebastião e sustado a execução do mandado de reintegração.

Ainda por intermédio do CTI os Índios propuseram ação de Manutenção de Posse contra Armando Peralta que também como os sucessores de Domenico Ricardi Maricondi invadiu a área de mata da aldeia. O juiz determinou audiência de justificação prévia e no mês de março de 1983 concedeu

liminarmente a proteção aos índios.

Aldeia Boa Vista (Ubatuba)

Localiza-se no sertão do Rio Prô-Mirim a 13 km ao norte da cidade de Ubatuba, centro urbano essencialmente turístico.

Esta aldeia se formou há aproximadamente 17 anos, quando um grupo de 3 famílias lá se fixou, depois de abandonar a aldeia do Rio Silveira, devido a uma cisão política. A área ocupada pelos Guarani é de cerca de 190 alqueires.

A população atual é de aproximadamente 50 pessoas (10 famílias). No início de 1980, duas famílias abandonaram a aldeia de Ubatuba por uma questão política, indo se juntar ao grupo de Santa Cruz (ES), com quem são aparentados, onde se fixaram.

Parece que o solo da região não é muito fértil, observando-se apenas plantações pequenas e esparsas. Próximo à aldeia o palmito silvestre ainda existe. As atividades de subsistência do grupo se restringem às pequenas roças de milho e mandioca, à confecção de artesanato para venda, nas feiras livres da cidade e ao corte e venda de palmito.

Alguns deles trabalham eventualmente como diaristas em fazendas vizinhas. Neste ano (1982) iniciaram uma grande plantação de banana que pretendem comercializar a fim de obterem mais recursos.

As terras desta aldeia estão localizadas num vale encrustrado nas elevações da Serra do Mar e segundo o decreto nº 13.313

de 06 de março de 1979 que dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, estas terras estariam aí localizadas.

Porém sobre as terras desta aldeia, corre uma ação de usucapião proposta por Octacilio Dias de Lacerda que pretende tornar-se proprietário desta área através da posse dos índios e que menciona como prepostos seus. Esta ação está parada por não ter sido possível, até agora, a citação da Funai. Processo nº 346/78.

No caso desta aldeia, sendo exato que a mesma encontra-se dentro do Parque da Serra do Mar a possibilidade de proteção é garantia aos índios pelo Governo Estadual é perfeitamente possível e viável.

Aldeia de Itariri

M. Bernadete A. Nogueira Franceschini

Como nos relatou o Índio Antonio Branco, o morador mais antigo da aldeia, este agrupamento é bastante antigo. O grupo original seria de Índios Guarani do sub-grupo Nandeva, que por volta do início do século teriam se deslocado da região fronteiriça, entre o sul de Mato Grosso e Paraguai, para o litoral do Estado de São Paulo.

Quanto a localização, a aldeia faz parte do Município de Itariri, distando cerca de 13 km deste município (um pequeno centro urbano cujas atividades principais estão ligadas à comercialização da banana), no Bairro do Araribã, próximo à Serra dos Itatins, junto ao Rio Comprido afluente do Rio Azeite. A principal via de acesso asfaltada é um desvio da Rodovia Pedro Taques, que liga a cidade de Itariri a cidade de Peruibe (mais ou menos 25 km). De Itariri até a aldeia, pela estrada do Araribã tem-se mais ou menos 13 km de estrada de terra, com alguns trechos intransitáveis (mais ou menos 4 km).

A área da aldeia é toda montanhosa com alguns vales banhados por rios. O local onde está localizada a aldeia, no vale do Rio Comprido, é o mais apropriado para a agricultura, pois o restante da área indígena não se presta para esta atividade a não ser que se faça um grande investimento em

fertilizantes.

Ainda, no que se refere à utilização do solo, o que encontramos na região são grandes plantações de banana, bastante mecanizadas e com uma infra-estrutura toda voltada para esta produção.

A vegetação nativa da área indígena, segundo informações obtidas na aldeia, está bastante preservada sendo, basicamente, formações florestais do sub-tipo de mata latifoliada.

Quanto à rede hidrográfica encontramos vários rios de tamanho significativo como o Rio Comprido e o Rio do Azeite, além de vários riachos que cortam a área em todos os sentidos.

A fauna se encontra bastante reduzida, pois, devido ao fácil acesso, constantemente há verdadeiras expedições de brancos que invadem a área para caçar, chegando a permanecer mais de uma semana no mato. A quantidade de peixes também é reduzida, pois os rios mais próximos são bastante encachoeirados.

A terra onde se localiza a aldeia do Itariri se encontra legalmente regulamentada, pois através de decreto, em 28/01/1962, o então governador do Estado de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, delimitou uma área de 809 ha no Município de Itariri, comarca de Itanhaém. Esta área

se destinaria ao usufruto dos Índios Guarani, estando segundo o doutor Paulo Nogueira Netto, Secretário Especial do Meio Ambiente, sob administração do Serviço Florestal do Estado de São Paulo.

Além desta área, que o governo destinou aos Índios Guarani, e fazendo divisa com ela, o doutor Paulo Nogueira Netto, adquiriu do senhor José Martins de Almeida, uma área de 24,2 ha e doou-a aos Índios como consta no documento que o capitão Antonio Branco, nos mostrou. Este trecho está desmembrado da área cedida pelo governo do Estado, pois passou a ser propriedade dos Índios Guarani quando da doação.

O motivo desta doação feita em 1968, segundo nos informou doutor Paulo é que a terra da reserva é de qualidade bastante ruim e esta pequena área que ele adquiriu e doou, além de ser bem próxima a aldeia é de qualidade um pouco melhor e onde os Índios vinham plantando quando da criação da Reserva Indígena.

3. COMENTÁRIOS SOBRE A INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA E SOCIAL ENTRE AS ALDEIAS MENCIONADAS

Algumas aldeias mais antigas, de formação no início do século, como as de Itariri e Rio Branco atraem famílias extensas, principalmente dos postos indígenas do sul do país que, descontentes com as pressões sofridas e com o modo de vida a que são submetidas pela Funai, partem em direção da costa marítima de São Paulo à procura de uma vida melhor, "à procura de uma terra sem males". Não é aleatório esse percurso pois vários pontos do litoral são tidos como seu território onde viveram seus antepassados e a perambulação e procura de fixação sempre ocorre nestes mesmos locais.

Depois de permanecerem algum tempo em Itariri e Rio Branco as famílias migrantes do sul partem para fundar suas próprias aldeias nas regiões já conhecidas do litoral norte. Assim a aldeia do Rio Silveira, fundada pela líder religiosa vinda do RS, dona Maria que hoje vive na aldeia "Boa Esperança" no litoral do Espírito Santo, se tornou mais um ponto de passagem obrigatório às futuras famílias que formariam as aldeias da Barragem e de Mboi Mirim. A aldeia "Boa Vista" se originou de uma cisão política na aldeia do "Rio Silveira" que fez com que um grupo familiar liderado por outra líder religiosa, dona Catarina, fosse parar no sertão do Rio Prô-Mirim em Ubatuba, onde seus filhos e netos

ainda vivem. As aldeias da Barragem, de Mboi Mirim e de Ubatuba são as mais recentes e foram formadas cerca de 20 anos atrás.

Os deslocamentos dos Índios Guarani, chamados de ciganos ou nômades pelos agentes da Funai e por leigos, sã acontece então nos territórios já conhecidos e conservados a partir da ótica Guarani essencialmente religiosa.

Os aldeamentos Guarani do litoral são formados por pequenos contingentes populacionais e apesar de terem certa autonomia política (já que cada núcleo tem seu próprio dirigente religioso e a coexistência de 2 líderes de grupos familiares diferentes numa mesma aldeia é inviável) estão interligados entre si por uma rede de relações de parentesco, de casamentos e econômicos. Uma ameaça como a que paira agora iminentemente sobre a aldeia do Rio Silveira - atinge indiretamente todas as demais aldeias Guarani, que dependem do intercâmbio de recursos existentes em cada uma delas. Os cipós, as penas, taquaras e paus usados na confecção do artesanato, a caça miúda encontrada na Serra do Mar, não são somente propriedades da comunidade que habita a região. Mesmo as roças, feitas em mutirão nas aldeias onde há mais espaço, provêm o sustento de todos que a visitam. Sem os recursos das aldeias da Serra do Mar as aldeias da periferia de São Paulo sucumbiriam, pois as 150 pessoas que dividem um espaço inferior a quatro alqueires não teriam condições mínimas de sobrevivência, apesar das doações paliativas das associações benevolentes, que fervilham na capital.

A sobrevivência da sociedade Guarani depende das terras junto a Serra do Mar, da qual utilizam os recursos ao mesmo tempo que a preservam, pois sabem que a natureza é a sua garantia de vida e de seu modo de ser. Dessa maneira, tanto os sinais Guarani de ocupação antiga como os de ocupação recente são bem distintos dos sinais de ocupação do branco. Os empresários, interessados na depredação das matas, ignorantes do seu valor e somente preocupados com a construção de condomínios e com a expansão do turismo "burguês", comprometem o litoral e a própria Serra do Mar, um dos poucos redutos da nossa fauna e flora. Desconhecem e desrespeitam os sinais de ocupação indígena, que não identificam, relacionando sempre ocupação com depredação e lucro.

Para o Guarani, a vida e tudo o que está diretamente relacionado com ela, é sagrada: o alimento, as plantas, o trabalho, a terra. A religiosidade, que norteia toda a visão de mundo Guarani, não permite que destruam ou retirem da natureza além do essencial, que plantem além do consumo ou comercializem excedentes, que lutem ou usem da força, a não ser a espiritual, para defender suas terras, embora saibam que delas dependem para viver.

A concepção de propriedade que vigora entre os Guarani não é equivalente àquela vigente em nossa sociedade. As terras que abrigam muitas ou mesmo poucas famílias são consideradas território Guarani, sobre o qual todos têm direito de usufruir. Por isso não se pode confinar os

Índios, impedindo sua expansão demográfica em lotes de terra cuja área seria considerada por uma relação do tipo família/hectare. É importante ressaltar que é impossível a integração do Índio na nossa sociedade. Quando desaldeados ficam numa posição duplamente marginalizada, entre os "seus" e os "nossos".

Os Guarani, há séculos, mantêm-se em contato permanente com a nossa sociedade, com a qual estabelecem relações econômicas imediatas: venda de artesanato, prestação de serviços esporádicos remunerados, aceitação de doações (roupas, gêneros alimentícios). Isto não quer dizer que seus padrões econômicos sejam iguais aos nossos e, nem a proximidade do branco, para espanto deste, consegue interferir na autonomia da vida social e dos hábitos diários dos Guarani aldeados.

Em função da preservação de sua autonomia os Guarani não aceitam viver sob o controle da Funai querendo ter o domínio pleno de seus territórios (imperava entre os Guarani forte preconceito em relação aos Postos Indígenas da Funai, principalmente aos do Estado de São Paulo, onde, ao contrário das aldeias independentes, predominam em número, os mestiços). Quando isto não é possível partem sempre em grupos familiares em busca do local onde possam viver segundo seus padrões (atualmente, um desses grupos familiares vivendo há anos na aldeia da Barragem, está na expectativa de formar uma nova aldeia uma vez que na Barragem já se encontra configurada a prevalência de outro grupo familiar, que lá

se fixou anteriormente).

A Funai, e antes o SPI sempre pretendem confinar todos os Guarani de São Paulo numa só reserva, no caso em Peruibe onde já existe um Posto Indígena. Isto mostra o total desconhecimento de como se processam os mecanismos de reprodução da sociedade Guarani, que são determinadas justamente pela dinâmica da mobilidade das famílias entre as várias aldeias, garantia essencial da sobrevivência da sociedade Guarani enquanto tal. Tem partido da Funai a afirmação de que os Guarani são nômades, que "não precisam de terras", que "vivem em qualquer lugar" (e que portanto é difícil conservá-los em reservas, desconsiderando-os por isso como índios). Na verdade, os Guarani dependem da terra para viver e tem para com ela uma relação especial derivada de sua religião: entendem que toda a terra é um bem divino a que todo vivente tem direito. Consideram toda terra que ocupam como parte de seu território tradicional possuindo-a mesmo que partilhada com outros, sejam brancos, Kaingang ou Tupiniquim.

O CTI, "Centro de Trabalho Indigenista", desenvolve há cinco anos um trabalho específico com os Guarani de SP, RJ e ES, que se enquadra dentro de uma estratégia mais geral que visa assegurar e reforçar as bases Guarani estabelecidas na faixa litorânea, de São Paulo ao Espírito Santo.

Reivindicar terras disponíveis, de acordo com as necessidades e o modo de vida Guarani, para a formação de novos núcleos e promover a garantia e regularização legal dos demais é a

proposta de trabalho do CTI e desejo e necessidade dos próprios índios. Cabe ao governo o empenho nesta tarefa de importância fundamental para a sobrevivência física e cultural da nação Guarani, últimos índios do Estado de São Paulo.

INDIOS GUARANI "LITORAL"

Prof. Lilia Valle

Histórico

Esta denominação se refere aos grupos Guarani que vêm migrando do Sudoeste do Brasil, da Argentina e do Paraguai para a Região Leste, em um movimento historiado por Nimuendaju desde inícios do século XIX. Já nos tempos pré-colombianos suas migrações eram numerosas. A dispersão de suas aldeias em enormes distâncias o atestam. Tais migrações têm sido descritas como uma procura da Terra sem Mal(es), o "Paraíso" Guarani, a partir de um trabalho pioneiro de Kurt Nimuendaju, que conheceu os Guarani Apapokuva no oeste de São Paulo em 1905 e conviveu com eles cerca de dois anos.

Nas páginas iniciais da "Leyenda de la creación y juicio final del mundo como fundamento de la religión de los Apapokuva-Guarani", Nimuendaju faz uma reconstituição da migração dos Guarani Tañyguá, dos Guarani Oguaiuva e dos Guarani Apapokuva. Narra o deslocamento de centenas de pessoas que seguiam o que podemos chamar de grandes profetas, na esperança de se salvar de um iminente fim do mundo. Foi quase o fim daquele mundo guarani, uma vez que muitos bandos foram dizimados por doenças ou hostilidades de colonos ou índios inimigos.

Os primeiros a iniciar o movimento e a chegar à baixada santista foram os Guarani Tañygua. Em 1837 cerca de 200 tañygua obtiveram do governo uma légua quadrada de terra, na embocadura do Rio Peixe no Rio Itariri (Serra dos Itatines, Município de Itariri - SP), e aí se estabeleceram. Depois um bando Guarani-Oguaiuva chega ao Município de Itanhaém, onde funda o aldeamento do Bananal (atual P.I. Peruíbe); em seguida vieram outros grupos, que se estabeleceram nas proximidades.

Em 1911 o SPI instituiu a Povoação Indígena do Araribã (Município de Avaí, SP), próxima às terras em que se localizavam três aldeamentos Guarani-Apapokuva. Araribã deveria servir de asilo aos remanescentes guarani e Nimuendaju, então funcionário do SPI, passou os dois anos seguintes visitando os bandos do litoral, do Paraná e do sul de Mato Grosso, convidando-os a se transladar para a Povoação, onde não teriam problemas de terra e poderiam contar com a assistência do SPI. Alguns grupos (como por exemplo os 16 Guarani-Tañygua que então viviam em Itariri) recusaram a oferta e, dos que seguiram para Araribã, poucos se fixaram. A partir da década de vinte começam a chegar a São Paulo os bandos classificados pela literatura etnográfica como Mbya, que constituem atualmente a população dominante no "litoral". É sobre eles que vamos nos deter, analisando seus padrões de organização e ocupação de um novo território.

Distinguem-se dos moradores mais antigos do "litoral", a quem chamam de Tupi-Guarani (ou, às vezes Chiripã), dizendo-se

48

Guarani ou Nandêva. As migrações Mbya, que envolveram contingentes demográficos bem menores, seguiram o mesmo padrão das anteriores: a procura da Terra sem Mal, que eles designam por outros nomes, e cuja concepção varia mesmo entre os diferentes bandos Mbya. Deram-se através do carisma de grandes caciques (que podem ser velhas viúvas) que conduziam suas parentelas através da orientação de Nande Ru Mirĩ, também chamado Kesuita. Esta corruptela de jesuíta, e o fato de usarem o violão, afinado numa escala pentafônica, como o principal instrumento ritual masculino, bastam para evidenciar a apropriação mítica de um passado histórico, o fato de descenderem de grupos que viveram ou foram fortemente influenciados pelas reduções jesuíticas dos séculos XVII e XVIII.

Em "Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani" (1974:5), Schaden (Nota 2) diz ter notícia de três grupos Mbya, "um vindo (para o "litoral") por volta de 1924, outro vindo em 1934 e um terceiro, que chegou em 1946". O primeiro provavelmente foi o fundador do aldeamento do Rio Branco que, paralelamente a Itariri, passou a receber e a abrigar todos os grupos vindo do Rio Grande do Sul, até que tomassem outros rumos. Atualmente este papel é desempenhado pela aldeia da Barragem, formada por volta de 1962 pelo grupo que era então liderado pela velha Vitalina, vindo de Palmeirinha (Município de Mangueirinha, PR).

Parte dos dois primeiros grupos mencionados por Schaden conseguiu do Governo passagens de navio até Vitória, de onde

foram levados para o aldeamento de Pancas em 1938, segundo o Mapa Etno-Histórico de Nimuendaju. Daí prosseguiram para a Bahia e provavelmente até Alagoas. No sertão baiano se dispersaram, trabalhando em fazendas. Muitos voltaram passando por terras dos Aimoré e Krenaque. Em 1941 o SPI assinala a presença de 18 remanescentes desse grupo na Praia Grande (SP); pretendiam seguir para Itariri. Em meados dos anos cinquenta formaram um novo aldeamento no Rio Silveira, área que havia sido abandonada há alguns anos por outro bando Guarani, atualmente no ES. Por volta de 1970, houve uma cisão, tendo o subgrupo ligado à velha Catarina abandonado a aldeia, acabando por se estabelecer no Rio Prô-Mirim (Município de Ubatuba, SP).

Quanto ao terceiro grupo Mbya mencionado por Schaden, depois de ficar quase um ano no Rio Branco foi para Itariri e depois para o Rio Silveira, que abandonaram devido à morte do cacique, indo se estabelecer em Parati-Mirim (Município de Parati, RJ). Em meados dos anos sessenta seguem para o Espírito Santo, de onde, semi-dispersos, foram levados pela Funai, em 1972, para a Fazenda Guarani (MG), que começaram a abandonar em 1976, voltando para Caieiras Velhas, povoação dos índios Tupiniquins. Em 1979 iniciam um novo aldeamento nos arredores, em terras reivindicadas pelo complexo industrial-florestal Aracruz Celulose, que acabaram em parte revertendo aos índios, e foram demarcadas em 1981.

Nos últimos vinte anos tornou-se mais importante uma nova modalidade de migração, a de famílias ou indivíduos que vêm

para o "litoral" à procura de parentes, ou acompanhando parentes que foram visitá-los ou buscá-los. O movimento inverso também se observa e alguns (desde tempos remotos) acabam por voltar para o sul. Atualmente estima-se a população Guarani em torno de 2000 pessoas sendo que a população do "litoral" é de cerca de 500 pessoas; além dos quatro aldeamentos mais antigos, Itariri, Bananal (P.I. Peruíbe, Rio Branco e Rio Silveira, existem guaranis radicados na Barragem de Billings, em Mboi-Mirim, em Boissucanga e no Rio Prô-Mirim (SP), no sertão de Patrimônio (RJ) e de Bracuī (RJ), e em Caieiras Velhas (Município de Aracruz, ES).

A simples disponibilidade de terras, entretanto, é insuficiente para fixar os guaranis, que podem por vezes abandonar uma determinada área devido ao peso de certas mortes ou às vezes, por casos de epidemias que interpretam como feitiçaria. No entanto, o que se observado é a reocupação destas áreas por outros grupos familiares Guarani.

Os Guarani acreditam que a terra foi feita por "Deus" para todos os viventes, e que as terras do litoral leste foram habitadas por seus antepassados. Encontram sinais dessa ocupação tanto na toponímia regional como nas ruínas de antigas igrejas de jesuítas, "semelhantes" às que existiam na região do Alto Uruguai, RS, de onde se "originam".

Os jesuítas, ou melhor, "Kesito", foram incorporados como um antepassado mítico pelos guaranis. É preciso notar que a

identidade étnica desses guaranis foi forjada num período concebido por nós como histórico (os últimos dois, três séculos), mas que não foi e não é vivido por eles enquanto tal.

RELATORIO IV

PROJETO GUARANI (ES)

Meu trabalho com os guranis do "litoral" iniciou-se em 1979, por ocasião da mudança de de um grupo com cerca de 25 pessoas (os outros 15 componentes viviam alhures) do povoado tupiniquim de Caieiras Velhas (Município de Aracruz, ES) para uma área de mata dos arredores, onde pretendiam "formar uma aldeia como antigamente". O projeto era então o de fornecer recursos materiais para facilitar o estabelecimento do que veio a ser a Aldeia Nova Boa Esperança, que já vai completar quatro anos.

Retrospectiva e resultados da luta indígena em Caieiras Velhas

Com a descoberta, pelo CIMI, de um documento datado de 1610, que trata da doação de uma semaria de 6 léguas em quadra para os tupiniquins, reiterada nos séculos XVIII e XIX, e paralelamente à mudança dos guaranis, desencadeou-se um movimento étnico entre os remanescentes tupiniquins de Caieiras pela retomada de terras que historicamente lhes pertenciam e foram sendo paulatinamente ocupadas por terceiros, compradas e vendidas.

O apoio dado a esses movimentos pelos órgãos de comunicação, opinião pública e entidades ligadas às lutas indígenas durante o ano de 1979 foram decisivos para influenciar a FUNAI a decretar, através da portaria de nº 609/N, de 8/11/79, como sendo áreas de ocupação tupiniquim cerca de 6500 ha no Município de Aracruz: Caieiras Velhas com 2700 ha, Pau Brasil com 1500 ha, e parte da Ilha de Comboios com 2300 ha.

Enquanto área indígena qualquer transação com essas terras não teria validade, de acordo com o Estatuto do Índio. Acontece que haviam sido registradas em cartório e estavam cobertas por planta-

ções de eucalipto feitas pela Aracruz Florestal S/A, empresa integrante de um dos maiores complexos agro-industriais do país, a Aracruz Celulose S/A, implantada na região a partir de 1967.

Durante a gestão do Cel. Nobre da Veiga na FUNAI os guaranis e tupiniquins demarcaram com picadas as áreas de Caieiras Velhas e Fão Brasil, segundo o memorial descritivo da Portaria 609/N. Mas negociações que estavam sendo entabuladas entre representantes da Aracruz e da FUNAI culminaram com a anulação desta portaria e um contrato ("Escritura de doação de 04 áreas de terra para uso da comunidade Tupiniquim e outras avenças, que entre si fazem a Aracruz Celulose S/A e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na forma abaixo;", 18^o Ofício de Notas, Rio de Janeiro, em 26/5/1981, Livro 3179, Fls. 96.) em que as partes reconhecem, implicitamente, não serem aquelas terras dominiais indígenas:

Posteriormente Caieiras foi demarcada pela FUNAI em duas áreas que totalizam 1315,6 ha, doadas pela Aracruz, e mais um pequeno pedaço "cedido" pela Vale do Rio Doce S/A. Comboios ficou com apenas 56,5 ha, e Fão Brasil com 324 ha. No total a área doada pela Aracruz (1696,1 ha) é 74% menor que a área reconhecida pela própria FUNAI, em 1979, como sendo de ocupação dos tupiniquins (6500 ha).

Embora a escritura de doação estabeleça que a outorgante se reserva as benfeitorias da área (os eucaliptos que acabaram com a floresta nativa), sem outros onus, fala-se que a Aracruz entregou à FUNAI uma "indenização" para ser usada na comunidade tupiniquim. Seria de 10 milhões, segundo o Forantim de fevereiro. Desse montante 1 milhão foi distribuído pelo Cel. Nobre da Veiga entre 49 famílias tupiniquins (cada uma recebeu 20 mil cruzeiros), em maio de 1981, quando anunciou oficialmente, em Caieiras, a "doação".

Desde então os tupiniquins receberam benefícios como posto de saúde, escola, creche (que já existiam antes de 1979 em Caieiras, mantidas pela Municipalidade e LBA), barcos e redes de pesca (não sei como foram distribuídos e estão sendo usados), uma caminhonete / FIAT (usada pelo chefe de posto e pelo cacique), um trator com acessórios, uma casa de farinha, água encanada para a casa de alguns parentes do cacique, e, recentemente, 14 novilhas, além de uma estrutura administrativa que conseguiu se implantar firmemente e tem conseguido cooptar as lideranças tupiniquins.

O cacique de Caieiras, José Sezenando, foi eleito em 1979. Ele acompanhou as discussões entre a FUNAI e a Aracruz a propósito das terras, e finalmente convenceu-se a aceitar a solução acima descrita, tendo então "rompido" com o CIMI e comigo. Tornou-se motorista da FUNAI e tem sido o braço direito dos três últimos chefes de posto. Com o quinto, recentemente nomeado, e que ainda não conheço, é provável que ocorra o mesmo.

Os tupiniquins passaram a trabalhar em grandes roças coletivas de feijão, milho, banana e mandioca, feitas nos espaços abertos pela derrubada dos eucaliptais que cercavam Caieiras. O produto da colheita é dividido entre eles conforme os dias de trabalho dados / por cada um, mas isso não tem sido compensador em termos econômicos, tem muita gente insatisfeita com a distribuição, e muitos preferem trabalhar com a família, como antes.

Uma família é considerada indígena, é portanto com direitos a permanecer ou mudar-se para Caieiras se um dos conjuges é tupiniquim, ou seja, faz parte das redes de parentesco dos antigos caboclos locais. Dessa forma gente que nunca havia morado em Caieiras tem direitos sobre a terra e pode se mudar para lá, enquanto moradores / de mais de 10 anos, que haviam comprado lotes, são considerados / "posseiros" e vêm sendo, desde que os tupiniquins se conscientizaram de seus direitos indígenas e a FUNAI se implantou, ameaçados de expulsão. Eles têm sido proibidos de plantar, construir e reformar casas. Os posseiros se organizaram, arranjaram advogado, e dizem que só saem recebendo indenização pelas benfeitorias, para poder recomeçar a vida em outro lugar.

Ainda vejo Caieiras como uma vila de pescadores e catadores de caranguejo, que exceto quanto ao nível legal (direitos indígenas sobre a terra), não pode ser dividida em dois únicos blocos que se opõem: o dos tupiniquins, e o dos posseiros, chegados nos últimos 15, 20 anos (caso dos guaranis, inclusive), atraídos pelo mercado de trabalho aberto pela Aracruz e suas subsidiárias, refugiados de enchentes, etc. A divisão e as alianças entre as famílias de Caieiras é muito mais complexa, passando por filiações rituais, redes de crédito, grupos ocupacionais, de vizinhança, etc.

A ação do Projeto com os guaranis na Aldeia Nova Boa Esperança

Os guaranis vivem no extremo sul da área indígena, semi-marginalizados ao processo descrito, no equivalente a uns 5% do território de Caieiras. Na verdade a área que ocupam com duas das moradias, armadilhas de caça, locais de pesca, a roça "nova" e pasto para os animais extravasa os limites da demarcação. O material usado para fazer artesanato é trazido de um local distante, chamado Cachimbo, que fica na parte noroeste da reserva. Da FUNAI os guaranis receberam até agora um barco, mais tarde trocado por três bicicletas, eventuais visitas do chefe do Posto, sementes, ferramentas (só uma vez), alguns remédios, vacinas e, quando é o caso, caronas para o hospital de Aracruz.

Meu trabalho com os guaranis vem procurando criar condições para que eles encontrem meios de subsistir trabalhando conjuntamente, com recursos da terra de que dispõem. For trás disso estava o modelo de sua inserção no mercado enquanto produtores de artesanato que dispõem de meios econômicos alternativos e complementares, tais como roças de subsistência e criação de animais. Desde 1979 iniciamos criações de galinhas, porcos e vacas, e uma experiência de apicultura está para ser iniciada. Vimos financiando a compra sementes, ferramentas e mantimentos que possibilitem o trabalho agrícola, e outros pequenos empreendimentos. Em 1982 o trabalho estendeu-se para outras três aldeias, situadas nos municípios de Ubatuba (SP), Faraty (RJ) e Angra dos Reis (RJ).

Nesses últimos tempos tornou-se claro que as roças de milho, feijão, etc., dos guaranis não vão lhes garantir autosuficiência desses produtos, e muito menos a "fartura" que desejam e alegam ter tido em outros locais. Na Aldeia Nova a terra é pouco fértil, e o tempo não tem ajudado, mas o fundamental, em relação ao Projeto, é que eles não trabalham como deveriam, pelo menos enquanto "turma" de trabalho coletivo. Colocam-se várias questões, difíceis de responder: Será que devem trabalhar como alguém acha que deveriam? Será que existe um erro de estratégia por parte do Projeto? Será uma situação anômica, ligada à decadência cultural, a uma crise de autoridade interna, etc.? Será uma adaptação ligada a novas condições de vida? Como resolver ou recolocar este problema?

Não quero deixar de apoiar o trabalho nas roças, e os guaranis que rem continuar recebendo mantimentos, sementes e ferramentas, mas tenho observado que a organização desse trabalho vem, na Aldeia Nova, se deteriorando ano após ano. Na retórica dos guaranis o plantio e a colheita são muito valorizados, e idealizados os tempos do cacique Miguel (que trouxe os mais velhos do Rio Grande do Sul, provavelmente em 1946), em que todo mundo trabalhava junto, ninguém / faltava, atrasava, etc... Como eles mesmos dizem, "Não era como agora não."

Pode-se pensar "os tempos do cacique Miguel", que não foram vividos pela maioria dos habitantes da Aldeia Nova, como um modelo de sociedade tradicional para os guaranis, em relação ao qual o conjunto é maior, menos coeso e duplamente matrifocado. As figuras nucleares são mãe e filha, D. Maria e D. Aurora, respectivamente viuva e filha (de um irmão) do cacique Miguel. Elas se colocam sobretudo como mãe e avó para as gerações mais jovens, mas seus maridos atuais não são "nosso pai" ou "nosso avô", pelo menos integralmente. Essa ausência de pai nos lugares de mando, de poder, é sentida pelos / guaranis, e explica parcialmente a relativa fraqueza do cacique e do chefe de turma. A situação, entretanto, não é tida por anômala, nem esses maridos são bobos - manipulam outros laços de parentesco e recursos.

Às vezes os guaranis justificam certas coisas pelo fato de alguém estar querendo mandar muito ou não saber mandar, e às vezes porque muitos estão querendo mandar ao mesmo tempo. O cacique João dos Santos tem um "representante"; seu enteado João Carvalho; Argemiro, o chefe da "turma", é ajudado pelo capitão, Jonas, que / vem a ser simultaneamente seu enteado e cunhado. Isso me parece estar relacionado com o fato de o grupo estar maduro para uma cisão que não ocorre nem é desejada mas que, apesar de ser um processo doloroso, é a forma normal de crescimento de sociedades segmentadas. Na Aldeia Nova convivem quatro gerações sucessivas, e os casamentos da quinta começam a ser planejados pelos mais velhos; em todas as outras aldeias encontramos apenas três gerações. O abuso de bebida e certas brigas também contribuem para o mal funcionamento da "turma". Tanto a questão do comando quanto a vontade de plantar a ponto de ter fartura passam pelas vivências que os /

guaranis vão tendo, por coisas como o fato das mulheres não quererem mais pilar arroz, porque dá muito trabalho, pelo acesso muito próximo aos locais de venda e facilidades de crédito e pelo próprio padrão regional - não existem grandes e médias plantações de gêneros alimentícios, mas roças de quintal nos povoados e pequenos sítios (- e eucaliptos).

Essas pequenas roças têm florescido entre os guaranis, e parecem satisfazê-los. O cacique João dos Santos pretende aumentar a sua, e vou apoiá-lo, bem como a outros chefes de família que desejem fazer o mesmo, usando assim, em menor escala, os mantimentos que vinham sendo distribuídos entre as famílias que faziam parte da "turma". O problema é que a "turma" não tem funcionado direito, mesmo nos mutirões que o cacique organiza.

Essa questão preocupa tanto aos guaranis quanto a mim. Entretanto, cabe observar que minhas expectativas em relação ao tamanho das roças é bem maior que a dos guaranis. Um exemplo: considerando que 5 pessoas comem em média 1 kg de arroz por dia, os guaranis precisariam produzir cerca de 100 sacos de arroz com casca (quase / 5000 kg por ano) para se abastecer; para isso precisariam plantar cerca de 3 ha, o que parece ser fácil para a "turma", que tem um potencial de 20 homens (inclusive garotos). Mas no ano em que os guaranis plantaram mais arroz, 1980, a extensão era de aproximadamente 1 ha, e as pessoas achavam que era bastante. Eles não estão acostumados a estocar (muita) produção, nem existe espaço para isso na aldeia. Isso parece significar que as roças não são feitas para garantir o abastecimento anual, como seria desejável, mas para ter um pouco que complemente os alimentos que se acostumaram a comprar. Sendo assim, suas necessidades monetárias são grandes, tendem a aumentar, e eles passam fome.

Na Aldeia Nova existe uma valorização cada vez maior de salários ou rendimentos fixos (como aposentadorias), e muitos homens desejam trabalhar fora. A intenção do Projeto era a de criar trabalho para os guaranis na aldeia, o que também é o objetivo dos homens e mulheres maduros para quem os jovens trabalham, e dos próprios jovens, quanto ao ideal. Expressa-se na frase "Guarani tem que trabalhar é na aldeia," que já ouvi inúmeras vezes. Mas a baixa produtividade faz com que esse trabalho não seja compensador.

Trabalhar fora tem um certo sabor de aventura e atende, além das necessidades imediatas, a de levantar um bom dinheiro para empreendimentos como ir à São Paulo procurar casamento, comprar um violão, uma vitrola, roupas, etc, no caso de quem não tem família para sustentar. Nos dois primeiros anos em que trabalhei na Aldeia Nova ninguém trabalhava fora, embora muita gente falasse sobre antigos patrões e empregos.

Em 1982 uma moça saiu da aldeia para trabalhar como empregada doméstica, e o irmão do cacique e dois rapazes Kayová passaram a trabalhar na jardinagem de Coqueiral. Desde janeiro de 1983 seis guaranis (a quantidade varia, de semana a semana) estão trabalhando para a Conducto S/A (?), firma que está instalando um gasoduto da Companhia Siderurgica Tubarão desde sua sede, em Serra (Grande Vitória), até São Mateus. Como vigias noturnos recebem o salário de 15 mil cruzeiros por semana, muito maior que os habituais na região para mão de obra não especializada, e do que podem (e continuam a) ganhar com a venda de artesanato.

O gasoduto atravessa a roça dos guaranis (fora da reserva), segue paralelo ao limite sudoeste (uma estrada de terra) e invade alguns metros da área indígena, onde os operários derrubaram o velho curral e algumas pitangueiras. Os guaranis só tomaram conhecimento / desta obra quando começaram as escavações nas imediações da aldeia e eles foram perguntar do que se tratava. Foi-lhes explicado então que era uma obra do Governo, e que a FUNAI estava informada. O pessoal do CIMI-Leste levou João Carvalho e o Cacique para denunciar tais fatos na televisão de Vitória.

O Cacique e a mulher recebem aposentadoria pelo FUNRURAL, e esse dinheiro os ajuda a ter meios (muito escassos, cada qual recebe $\frac{1}{2}$ salário mínimo) de patrocinar mutirões e alimentar o grande número de pessoas que come diariamente em sua casa. Este mesmo movimento ocorre na casa de D. Aurora, cujo marido recebe pelo INAMPS. Assim, a economia guarani tem diversas entradas: coisas que ganham de turistas, crentes, amigos, do Projeto, da FUNAI, etc., coisas que pedem, catam, compram, produzem, vendem ou trocam, e dinheiro recebido como salário ou aposentadoria.

A situação das outras aldeias

Patrimônio (Faraty, RJ)

No sertão recentemente colonizado da Serra da Bocaina, à cerca de 15 km da vila, é que vivem duas famílias guaranis, 7 pessoas. Resumidamente, a história desse grupo é a seguinte: Em abril-maio de 1977 saíram de Fromirim, (onde estavam há quase um ano, depois de terem ficado muitos anos em Bracuf), para cuidar de um sítio de banana para Serafim Gonçalves Meira. Serafim foi assassinado no mês seguinte, e os índios ficaram tirando banana e samambaias do mato para a viuva durante um ano, até que pararam devido à falta de pagamento. Nos últimos tempos essa mulher, Maria Bastos Meira, vinha tentando vender a posse, de 48,4 ha, e tirar os índios de lá.

Quando os conheci, em 1981, Alcides, o "cabeça" do grupo, estava envolvido com o movimento local de posseiros, e dizia que não ia sair do lote, a não ser que "A Mariinha pagasse o tempo de serviço". Em Patrimônio existe um sentimento generalizado de que aquelas terras são dos índios, que trabalham lá, e a forma de garantí-las, na região, é através de registro no INCRA. As terras já estavam registradas sob o nome de Serafim (Código 523020-006190) e da viuva (Código 523020-015555), e tratei de registrá-las novamente, pois o que vale é a ocupação efetiva, em nome de Alcides Martins (Protocolo 523020-00006-3-00).

Isso serviu para que os índios se sentissem mais seguros quanto à área, e tão bem documentados como seus vizinhos, o que é importante para eles. A área registrada foi de apenas 24,2 ha, levando-se em consideração que é o máximo permitido para uma família requisitar nos processos de usocapião no Estado do Rio, e que os impostos do INCRA são pesados e aumentam conforme o tamanho da área e a quantidade relativa de benfeitorias. Não entramos com o processo de Usocapião Especial (Lei nº 6969, de 10/12/81) porque a posse fica no Parque Nacional da Bocaina, e esta lei não pode ser aplicada.

O Projeto se comprometeu a pagar os impostos de 1983 para Alcides, pois vão incidir sobre os últimos 5 anos, e os índios dificilmente conseguiriam arcar com as despesas. Em julho compramos um bur-

ro para que pudessem vender banana em Patrimônio sem pagar carreta, e este ano pretendemos ajudá-los a reiniciar uma criação de patos e de porcos. Suas fontes de renda são a venda de artesanato. (em escala muito menor que nas outras aldeias), de banana e da força de trabalho dos homens.

Intermitentemente trabalham para sitiantes vizinhos, fazendo derubadas; em outubro recebiam 700 cruzeiros por dia, sem comida. Aleguei que se trabalhassem no bananal ou na lavoura de milho tanto quanto trabalham para os outros, ganhariam muito mais dinheiro com a venda de bananas, etc., mas isso não parece interessá-los, talvez porque a remuneração seja muito posterior, ou porque não concebam trabalhar para si mesmos com a regularidade e o rigor que um patrão exige, ou porque gostem de ajudar um vizinho.

Em Faraty existe um grupo informal de ajuda a esses guaranis, jovens (alguns ligados ao FT) que volta e meia os visitam (apesar do acesso ao local ser difícil) e estão em condições de articular assistência médica, etc., quando necessário. Uma de nossas preocupações é a bebida, pois todos costumam se embriagar quando vão à cidade.

Temos agido claramente no sentido de fazer com que esses índios gozem de uma dupla nacionalidade, a de guaranis e a de brasileiros, o que é uma política pouco ortodoxa mas bem diferente das alternativas de "emancipação" ou "integração" e bem próxima das vivências e dos interesses dos guaranis.

Bracuf (Angra dos Reis, RJ)

Em Bracuf os guaranis têm sido ajudados, precariamente, devido a falta de verbas, pela ANAI-RJ. No semestre passado fui apenas duas vezes à esta aldeia, tendo contribuído com mantimentos para as / plantações que os índios fizeram. Tenho tido contato com os rapazes de Bracuf em Ubatuba, pois estão sempre por lá. Em 1983 planejam formar um novo bananal, e vamos ajudá-los nesse projeto. Como esses índios estão há mais de dez anos no local, talvez seja possível recorrer ao Artigo 33 da Lei 6001 para legalizar as terras. Esta possibilidade será examinada pelos advogados do CTI.

Fromirim (Ubatuba, SP)

Pretendemos continuar financiando, através de mantimentos, uma grande plantação de banana que os guaranis iniciaram em 1982; eles pretendem substituir a venda de palmito, cada vez mais escasso e de difícil acesso, pela venda de banana. Ainda não sei se em 1983 eles pretendem plantar alguma outra coisa coletivamente. As peques nas roças ao redor das casas aumentaram consideravelmente no ano passado, e a tendência é a de que voltem a fazê-las.

A escola começou a funcionar em julho, na casa grande, e em outubro os guaranis construíram uma sede. Atualmente está funcionando só para crianças (10 homenzinhos, de 6 a 16 anos), com alguns problemas didáticos que serão discutidos no próximo relatório. Estamos pagando ao índio mais letrado da aldeia, Geraldo, Cr\$ 25000,00 por mês para que ensine aos outros o que aprendeu. Ele cursou até a 6ª série, e pediu-me para ajudá-lo a fazer o supletivo.

O capitão da aldeia, Altino, tem mantido constantes contatos com a FUNAI em São Paulo, e uma funcionária, D. Dalva, prometeu que / Fromirim ia ser demarcada depois da aldeia do Rio Silveira (Município de São Sebastião, SP). Em meados de fevereiro corria na Aldeia Nova o boato de que a FUNAI propos aos índios de Ubatuba, em janeiro, transferi-los para o Silveira. Isso me parece não atender aos interesses da comunidade, e significaria abrir mão daquele território, já apropriado pelos guaranis.

Em janeiro oito guaranis de Osório, RS, chegaram à Ubatuba, onde parecem aguardar recursos para seguir para a Aldeia Nova, que fez vilha de comentários sobre esses parentes vindos da região de origem do grupo, ou melhor, dos mais velhos. Pretendo ir logo para Ubatuba, e colaborar nessa mudança.

Os rumos do projeto

Em novembro um acessor do CTI, Sylvia Cayubi Novaes, foi à Aldeia Nova discutir o trabalho. Durante uma reunião que fizemos; e informalmente, em outras ocasiões, discutiu-se o que o projeto vinha fazendo, e o que pode fazer pelos guaranis. Discutimos o funcionamento da turma de trabalho, ou melhor, o disfuncionamento, mas isso

não acarretou nenhuma mudança, como pude verificar em minha última viagem à essa aldeia, durante o Carnaval.

Colocamos que no próximo ano (1983) o projeto não iria mais subvencionar, através de mantimentos, trabalhos que todos concordam serem necessários mas a turma não realiza, ou o faz minimamente. Pretendemos ainda este ano continuar ajudando os guaranis, mas de uma forma mais discreta; a estratégia será dar apoio aos mutirões promovidos pelos líderes ou, eventualmente, qualquer chefe de família. Se decidirem fazer a roça coletiva poderemos providenciar o trator, sementes, ferramentas, etc.

Uma das questões mais discutidas foi o problema da água, para o qual os guaranis estão pedindo uma solução há muito tempo. Eles querem água corrente, como tem em Ubatuba (e Bracuí), onde a água desce, através de mangueiras, até as casas. Na Aldeia Nova as nascentes de água pura ficam a grande distância das casas, que por sua vez são muito espalhadas e se situam quase todas em cima de colinas, ou seja, em um plano bem mais elevado que as nascentes. Isto torna a obra muito mais complicada e cara do que pensei inicialmente. No ano passado um engenheiro da EMATER de Aracruz (recentemente transferido) orçou-a em 2 milhões de cruzeiros: uma bomba movida à gasolina, uma caixa d'água bem grande e alta, mangueiras e torneiras. Usar uma bomba elétrica sairia muito mais barato, mas seria necessário puxar eletricidade. . .

Enfim, a viabilidade dessa obra terá que ser examinada por um outro técnico, e por enquanto não sei de ninguém que possa fazer isto. O problema de consumo de água poluída na Aldeia Nova é sério, e não vai ser resolvido com a construção de poços precários, como os que fizemos há dois anos, ou pela compra de filtros, que são usados mais como enfeite.

Como esta questão se encontra em suspenso, pois eu não posso defini-la sem assistência técnica, e antes de conversar com o novo prefeito ou o novo chefe de posto sobre a possibilidade de puxar energia elétrica para um ponto da Aldeia Nova, examinar os custos, etc, pensei em apresentar à CXFAM, posteriormente, um pequeno projeto que trate especificamente disso. Pode ser, inclusive, que surjam outras alternativas para resolver o problema da água.

Em 1983 o trabalho será desintensificado em todas as aldeias (com a provável exceção de Ubatuba, onde a escola exige maior assistência) como uma preparação para meu afastamento ou o fim do projeto, no próximo ano. Devido a outras atividades profissionais não tenho mais tempo ou disponibilidade para trabalhar com a mesma intensidade em 4 aldeias. No ano passado isso implicou em quase 90 dias de trabalho de campo, constantes estadas dos guaranis em minha casa e, além de relatórios e prestações de conta, muito trabalho para fazer na cidade (contatos com a Secretaria de Agricultura, MOBRAL, pesquisas, etc.). A continuidade do trabalho do CTI nessas quatro aldeias em 1984 será decidida em nossa próxima reunião.

Lilic Valle

Rio de Janeiro, março de 1983